



### CURITIESA QUEQUEREMOS



题 题

Plataforma de propostas por uma Curitiba mais humana, ecológica e inteligente de verdade



Edição nº 2 - 07 de agosto de 2024



## A CURITIBA QUE QUEREMOS É COLETIVA



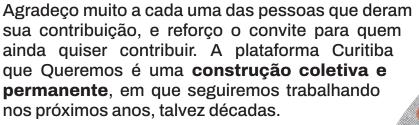
Desde outubro de 2023 venho dialogando com entidades, especialistas e moradores de diversas regiões de Curitiba para pensar **propostas por uma cidade melhor em todos os 75 bairros.** 

Foi assim que, na semana do aniversário de 331 anos da capital, nasceu a #CuritibaQueQueremos, uma plataforma feita a partir de dezenas de encontros, oficinas, pedaladas e até remadas para mapear os desafios da cidade.

Foram cerca de **400 mobilizadores e mobilizadoras** organizados em 8 Grupos de Trabalho temáticos, com mais de **200 propostas** enviadas por diversos setores da população.

Três meses depois, apresentamos aqui os primeiros resultados dessa **ampla e inédita construção.** Uma série de premissas e propostas para colocar Curitiba novamente na **vanguarda do urbanismo, com foco na justiça social e no cuidado ao meio ambiente.** 

Estas são ideias que coloco à disposição da cidade de Curitiba para serem complementadas e incorporadas, tanto por candidatos(as), agentes políticos e poder público, como por entidades privadas e organizações do terceiro setor.

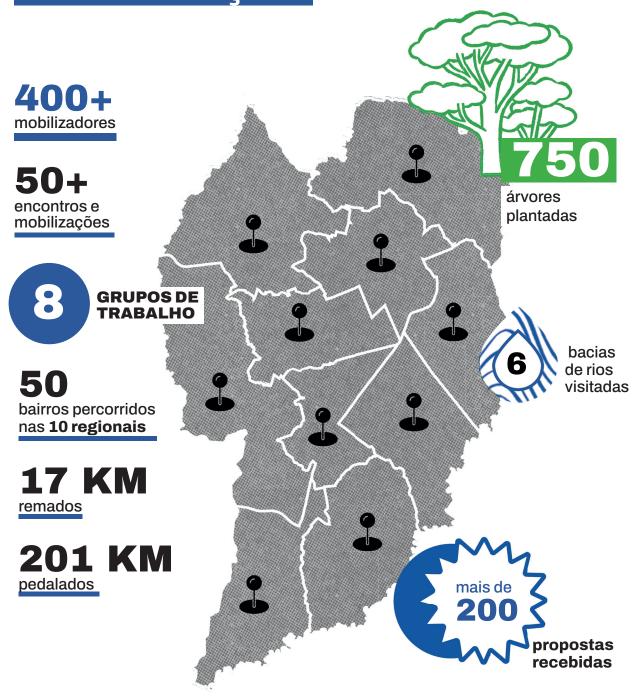


Há muito a ser feito. Mas, com alegria, anuncio que o primeiro passo já foi dado. E eu conto com você para **tornarmos a Curitiba que**Oueremos realidade. Go!

**Goura Nataraj** Professor, filósofo e Deputado Estadual (PDT-PR)



## UMA AMPLA CONSTRUÇÃO







O urbanismo só será inovador se tiver o meio ambiente no centro do debate. Acreditamos que a questão ambiental e a crise climática devem nortear todas as nossas formulações.

Precisamos **governar com o olhar do cuidado**: uma cidade boa para crianças, mulheres, idosos e pessoas com deficiência é uma cidade boa para todo mundo.

Desenvolvimento para todos e cidade modelo nos bairros. Propomos uma inversão da lógica do orçamento público, dedicando maior investimento às áreas mais carentes, com um olhar especial para a região sul da cidade.

A grande Curitiba não pode pensar pequeno. Nossa capital está totalmente conectada com os outros 28 municípios da Região. Gestão de resíduos, transporte público e preservação ambiental são questões que devem ser pensadas em escala metropolitana. Nesse sentido, propomos o protagonismo da capital sob uma perspectiva solidária e colaborativa.

Por fim, temos a democracia e a diversidade como princípio máximo de governança. Nossa proposta é por um governo que escuta, dialoga e valoriza a voz da sociedade, reconhecendo sua diversidade.



## PLATAFORMA DE PROPOSTAS

#### 1. GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA, DIVERSA E INTEGRADA

- 1.1. Transparência, responsividade e participação social
- 1.2. Oganização financeira e otimização de processos
- 1.3. Estrutura administrativa, valorização e aperfeiçoamento dos servidores públicos
- 1.4. Integração metropolitana

#### 2. PROJETO ECONÔMICO LOCAL: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA TODA A CIDADE

- 2.1. Contratações públicas, investimento e descentralização
- 2.2. Fomento ao comércio, serviços e turismo
- 2.3. Construção civil verde
- 2.4. Economia solidária, emprego e renda

#### 3. URBANISMO PARA O SÉCULO XXI: POLÍTICAS AMBIENTAIS E URBANAS

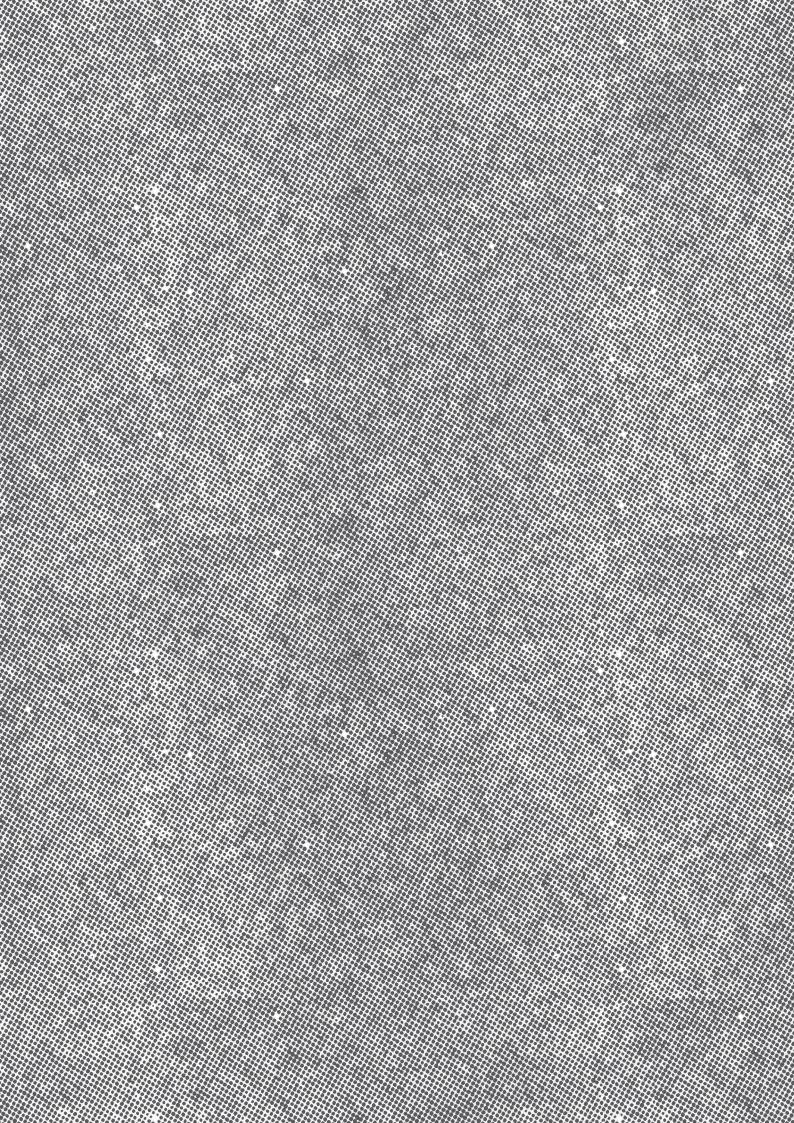
- 3.1. Transporte público coletivo
- 3.2. Mobilidade ativa, acessibilidade e segurança no trânsito
- 3.3. Política habitacional, regularização e gestão fundiária
- 3.4. Patrimônio histórico e requalificação urbana
- 3.5. Governança ambiental e enfrentamento às mudanças climáticas
- 3.6. Gestão das águas
- 3.7. Arborização e Unidades de Conservação
- 3.8. Resíduos sólidos
- 3.9. Defesa e proteção animal

#### 4. DIREITO À CIDADE PARA TODOS: ESPAÇO PÚBLICO, POLÍTICAS CULTURAIS, DE ESPORTE E LAZER

- 4.1. Equipamentos urbanos e espaço público
- 4.2. Cultura
- 4.3. Esporte e lazer

#### 5. UMA CIDADE QUE CUIDA: POLÍTICAS SOCIAIS, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

- 5.1. Educação
- 5.2. Saúde
- 5.3. Assistência social
- 5.4. Segurança pública
- 5.5. Direitos humanos e Diversidade
- 5.6. Segurança alimentar







## GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA, DIVERSA E INTEGRADA

Temos muitas ideias e propostas para alcançarmos a Curitiba que queremos. Mas toda ideia de política pública presume uma estrutura funcional e eficaz para sua execução.

Nesse sentido, a reflexão sobre o modelo de governança que queremos é fundamental. Nesta seção reunimos propostas para a qualidade da nossa democracia local e da administração pública.



#### 1.1. Transparência, responsividade e participação social

Acreditamos que a sociedade civil é o **motor criativo das inovações e boas soluções**, de modo que a participação cívica deve ser **valorizada e fomentada** na Curitiba que queremos. Em termos de governança, partimos da concepção de um governo de dados abertos, que promove a **transparência ativa**, com portais interativos e com informações e instruções facilitadas. Em tempos de virtualização generalizada das interações, não basta ter sistemas modernos se o acesso e a capacidade de operação da nossa população está ficando para trás. Para ajustar esse gargalo, propomos a <u>participação social, acessibilidade universal e a inclusão</u> digital como princípios de gestão.

- Fortalecer os Conselhos Municipais, garantindo seu funcionamento, publicidades das eleições e transparência dos seus atos e deliberações;
- Elaborar Planos de Desenvolvimento de Bairro, já previstos no Plano Diretor de Curitiba, como forma de valorizar e fortalecer a administração regional de cada localidade;
- Qualificar o processo participativo orçamentário, com aprimoramento do programa "Fala Curitiba" e maior transparência quanto às metodologias de participação e subsídios preparatórios;



- Garantir acessibilidade universal em todos os aplicativos de serviços municipais;
- Garantir acessibilidade universal nos processos participativos, notadamente intérprete de Libras nos espaços de audiências públicas e veiculação de materiais informativos associados em Braille;
- Assegurar formato acessível na produção de materiais informativos em todos os canais de comunicação da prefeitura, incluindo pronunciamentos dos(as) gestores(as) públicos(as);
- Promover pesquisa e testes prévios com usuários diversos dos aplicativos e tecnologias associados ao acesso a serviços públicos municipais, garantindo a qualidade e facilidade de seu design, o acesso e a operação pela população;
- Contemplar nos processos participativos municipais a busca ativa de participantes e oitiva de grupos com recortes de vulnerabilidades específicas, como mulheres, crianças, população negra, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência;
- Aprimorar o sistema de acesso público aos dados e a disponibilização de mapas inteligentes e interativos nos aplicativos da prefeitura;
- Aprimorar o canal 156 e integrar em plataforma os sistemas de atendimento à população (Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Turismo, Sistema de Justiça, Conselho Tutelar e outros órgãos pertinentes);
- Priorizar a destinação da verba de comunicação para campanhas e ações informativas, e não para propaganda de realizações da gestão;
- Lançar mão do humor e de formas contemporâneas e inovadoras de comunicação nas redes sociais, visando a um maior diálogo e a acessar o público jovem, a exemplo da página oficial da prefeitura "Prefscuritiba" durante a gestão 2013-2016;
- Prover acesso gratuito à internet sem fio em equipamentos públicos e equipamentos (tais como bibliotecas e Faróis do Saber) com acesso público a computadores em todas as regionais;
- Implementar programa de inclusão digital para adultos e idosos, com oficina de capacitação de uso de ferramentas digitais e de navegação e proteção contra fraudes, golpes e notícias falsas.





#### 1.2. Organização financeira e otimização de processos

No campo da organização fiscal do município, chamamos atenção para dois aspectos que dialogam diretamente com a sociedade civil e a **implementação de políticas setoriais**: a multiplicidade de fundos e o arranjo do solo criado (potencial construtivo) em nossa cidade.

Em relação ao fundo, observamos uma diversidade de legislações setoriais que preveem a instituição de fundos, alguns dos quais sem fontes de recursos vinculadas e pouca transparência em sua aplicação.

O mesmo ocorre com o solo criado, que é previsto em legislações diferentes como forma de incentivo para fins diversos e cujas informações sobre arrecadação e destinação não são sistemáticas e devidamente publicizadas.

Já sob o aspecto dos processos, a despeito do título de Cidade Inteligente, todo cidadão que já precisou ingressar com um processo administrativo ou se viu em situações de obtenção de licenças e alvarás provavelmente enfrentou <u>dificuldades com a falta de clareza das informações e a dificuldade de diálogo direto com o quadro técnico</u> para sanar dúvidas em relação aos processos virtuais e automatizados.

Nesse ponto, defendemos **maior clareza em relação aos direitos dos cidadãos** ligados à arrecadação municipal e à obtenção de licenças para garantir isonomia e transparência.

- Promover auditoria geral dos fundos municipais, com vistas a revisá-los e ordená-los, fazendo um balanço geral do funcionamento, fontes e destinação dos recursos para torná-los mais eficientes e efetivos;
- Promover estudo a respeito do mercado do potencial construtivo e redesenhar o sistema do solo criado municipal, visando maior eficácia do instrumento e transparência da arrecadação e destinação de seus recursos;
- Inventariar e auditar o Patrimônio Imobiliário do Município e das empresas de economia mista (Cohab, Curitiba S.A. e Urbs), e reconstituição do Banco de Terras Públicas para reaver a capacidade de planejamento sobre áreas estratégicas para produção habitacional de interesse social, bem como para implantação de projetos urbanos e ambientais;
- Revisar as hipóteses de redução do IPTU, contemplando atividades da economia verde, economia solidária, startups intensivas em conhecimento e criatividade em zonas nas quais se pretenda induzir a instalação destes negócios;

- Veicular a informação nos carnês a respeito da hipóteses de desconto e isenção, para que a população tenha acesso facilitado à informação e aos seus direitos;
- Estruturar plantões nas Ruas da Cidadania quando do lançamento do IPTU, oferecendo suporte para abertura de processos administrativos de isenção e descontos junto ao município, bem como de contestação do valor venal, hoje integralmente informatizados e automatizados, o que implica em dificuldades de acesso por parte da população sem inclusão digital plena;
- Estudar a redução e/ou isenção do ISS por tempo determinado para empreendimentos de serviços que venham a se instalar em imóveis tombados ou de interesse de preservação que necessitem reforma em áreas sobre as quais se pretenda a indução da ocupação;
- Disponibilizar manual sobre a tributação municipal e todos os incentivos fiscais disponíveis no município, para que a população tenha acesso facilitado à informação e aos seus direitos;
- Disponibilizar manuais didático com explicitação das regras e procedimentos para obtenção de alvarás e aprovação de projetos junto ao município;
- Instituir datas de plantões presenciais para sanar dúvidas sobre obtenção e andamento de processos relativos a alvarás, licenças e aprovação de projetos junto ao município.



#### 1.3. Estrutura administrativa, valorização e aperfeiçoamento dos servidores públicos

A faceta mais importante da capacidade administrativa de um município é **um bom** arranjo institucional e a valorização e capacitação de seus servidores(as).

Nesse aspecto, propomos que as pautas que destacamos tenham a devida estrutura para serem implementadas, bem como a promoção de um governo aliado dos servidores, que mantenha o **diálogo contínuo** com as entidades sindicais.

#### PROPOSTAS:

 Implementar a gestão Cidade Por e Para Mulheres, garantindo um quadro mínimo de gestoras nos cargos de chefia e estimulando a paridade de gênero para ocupação de funções executivas;

- Criar a Superintendência da Acessibilidade Universal, vinculada à Secretaria de Governo, consistente em autoridade com equipe própria e função de articulação transversal entre as secretarias para promoção da acessibilidade universal, de projetos e políticas públicas para área;
- Criar a Superintendência do Clima, vinculada à Secretaria de Governo, consistente em autoridade com equipe própria e função de articulação transversal entre as secretarias para promoção do combate às mudanças climáticas, de projetos e políticas públicas para área;
- Criar a Secretaria de Habitação, Regularização e Gestão Fundiária, com foco na coordenação da política habitacional em cooperação com a Cohab, promoção da regularização fundiária de interesse social, condução do diálogo em situações de conflito fundiário coletivo, gestão do Banco de Terras Públicas municipal e monitoramento dos processos de uso e ocupação do solo informais. A necessidade de uma Secretaria própria é evidente, considerando a demanda de um controle global sobre o estoque fundiário de terras públicas e dos processos irregulares de uso e ocupação do solo, bem como a ineficiência municipal na promoção da regularização fundiária de interesse social;
- Criar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em alinhamento com o Governo Estadual e Federal;
- Recriar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, em alinhamento com o Governo Estadual e Federal, articulando a inserção do recorte de gênero nas políticas setoriais (como Educação, Saúde, Mobilidade, Cultura, dentre outras);
- Fortalecer o Departamento dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Restituir a Coordenação de Mobilidade Urbana na Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito (Setran), com foco no desenvolvimento de ações e projetos voltados para pedestres e ciclistas;
- Valorizar servidores(as) e o serviço público com a efetivação dos planos de carreira, priorização da contratação via concurso e contratação por processo seletivo simplificado apenas para os casos emergenciais (para propostas específicas por categorias, consultar tópicos 5.1., 5.2., 5.3. e 5.4. referentes a Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança Pública);
- Revero confisco de 14% descontados das servidoras e servidores aposentados, aprovado em 2021 pela atual gestão da prefeitura;
- Garantir o diálogo direto junto a entidades sindicais na formulação e implementação de políticas voltadas aos servidores, notadamente as relacionadas aos planos de carreira;
- Instituir junto ao Instituto Municipal de Administração Pública IMAP um curso básico sobre a administração pública municipal, sustentabilidade e acessibilidade universal como recepção obrigatória de novos servidores ao quadro do funcionalismo municipal;

- Capacitar servidores(as) e funcionários(as) de serviços públicos essenciais terceirizados que atuam no atendimento ao público para atender pessoas surdas;
- Dialogar junto a entidades sindicais para inclusão da certificação de formação em Libras dentre os cursos formativos capazes de pontuar para progressão nos planos de carreira;
- Implantar sistemas de gestão para segurança e saúde ocupacional na Prefeitura Municipal de Curitiba;
- Melhorar a estrutura de apoio (banheiros e copa) para fiscais de urbanismo, trânsito e demais servidores(as) que atuam nas ruas, com pontos de apoio regionais.





#### 1.4. Integração metropolitana

Curitiba está totalmente <u>conectada com outros municípios</u>, de modo que questões como a gestão de resíduos, o transporte público, o abastecimento de água e alimentos, bem como a preservação ambiental, devem ser **pensados em escala metropolitana.** 

Nesse sentido, propomos uma parceria solidária e colaborativa de Curitiba com a Região Metropolitana para um desenvolvimento sustentável da região, com integração das políticas ambientais, habitacionais, de saneamento, de mobilidade, turismo e abastecimento. É hora de integrar e transformar a Região Metropolitana em uma só Grande Curitiba.

- Fortalecer a governança colaborativa, o diálogo e projetos comuns entre os municípios da RMC, seja via AMEP ou via fóruns de prefeituras e consórcios;
- Capitanear a criação de um Fundo da RMC para o financiamento de políticas integradas com foco em questões socioambientais, habitacionais e climáticas;
- Conveniar, licenciar e compartilhar o desenvolvimento de softwares com outros entes governamentais, assim como disponibilizar os softwares de propriedade da prefeitura para outros municípios com demandas similares, reduzindo custos:





- Lançar mão do instrumento dos consórcios intermunicipais como ferramenta de co-governança sobre temas sensíveis, como segurança hídrica e controle do uso e ocupação do solo nas áreas de interesse comum;
- Fortalecer parcerias com a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), e também com Conselhos e Câmaras Técnicas de assuntos metropolitanos;
- Negociar ativamente pela integração e fortalecer a Rede Integrada de Transportes (RIT) com as linhas da Urbanização de Curitiba (URBS);
- Criar um Plano de Segurança Hídrica em parceria com os municípios da RMC, universidades, instituições de pesquisa, Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), comitês de bacia, sociedade civil organizada e representantes do setor econômico, e fortalecer a gestão das águas na escala metropolitana, a exemplo do programa Pacto pelas Nascentes de Água da Região Metropolitana de Curitiba;
- Por meio do projeto RMC Bici, manter diálogo com municípios vizinhos para a implementação de um Plano de Conexão Cicloviária Intermunicipal do Núcleo Urbano Central.







### Economia

# local, you werde to be criativa



## PROJETO ECONÔMICO LOCAL: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA TODA A CIDADE

Curitiba é uma cidade cada vez mais rica, mas também cada vez mais desigual. O resultado é o aumento da violência, de pessoas vivendo em situação de rua, da população empobrecida, dentre outras questões complexas.

No campo econômico, a cidade que queremos é pautada pela valorização da economia local, da inovação, da criatividade, da sustentabilidade e da equidade nos 75 bairros da capital.

O município deve fortalecer e valorizar as iniciativas e circuitos econômicos pujantes e já existentes na sociedade, mas também fomentar novos circuitos, como a economia criativa e solidária.

Além disso, como Estado, o município é um agente da economia e deve atuar de forma a atender os interesses coletivos e priorizar a população mais vulnerável. Nesta seção, trazemos propostas para atingir esses objetivos.







#### 2.1. Contratações públicas, investimento e descentralização

Os investimentos do poder público na cidade são de extrema relevância para a economia local, no aspecto de movimentação de fornecedores e empregabilidade e, sobretudo, com **impacto na qualidade do ambiente e da vida da população**.

Nesse sentido, consideramos que esses investimentos devem ser melhor distribuídos. Propomos, para tanto, uma inversão da lógica dominante da alocação de recursos, priorizando áreas em contextos de vulnerabilidade social e menos infraestruturadas.

- Realizar concursos de projetos para obras públicas, com prioridade para empresas locais, como forma de dinamização da economia, incremento da qualidade técnica e de inovação em projetos;
- Qualificar o arranjo administrativo, criando condições e critérios para a implementação de compras públicas sustentáveis e de priorização de fornecedores e prestadores de serviço de empresas locais;
- Dar preferência à contratação de softwares multiplataforma de startups locais baseados em licença livre;
- Qualificar progressivamente os centros de bairros, prevendo a distribuição de equipamentos públicos para fortalecer as atividades comerciais da região;
- Implantar o Programa de Desenvolvimento da Região Sul de Curitiba, contemplando obras de infraestrutura, melhorias no transporte público coletivo, requalificação da paisagem e fomento a feiras regionais, com prioridade no orçamento municipal. O programa inclui, de forma imediata: criação de linhas diretas entre o Terminal Tatuquara com os município de Fazenda Rio Grande, Araucária e com a regional Matriz em Curitiba, aumento da frota e revitalização dos pontos da linha Circular Sul, projeto de requalificação e paisagismo das margens do canal do Rio Belém no Hauer e Boqueirão, revitalização e projeto paisagístico da Rua Nicola Pellanda, requalificação dos parques da região sul e estudo para criação de circuitos culturais de feiras regionais, aproveitando o potencial de parques, como o Yberê.





#### 2.2. Fomento ao comércio, serviços e turismo

Curitiba tem um **grande potencial turístico e comercial** a ser explorado. A capital paranaense não figura nos rankings das mais visitadas do país, e isso não se deve à falta de atrativos, mas à <u>ausência do fomento à exploração turística</u> de características únicas da cidade

Diante disso, propomos políticas que se apropriem desse potencial e <u>gerem</u> <u>oportunidades de emprego e renda à população</u> por meio de incentivos a eventos culturais, gastronômicos e esportivos na cidade.

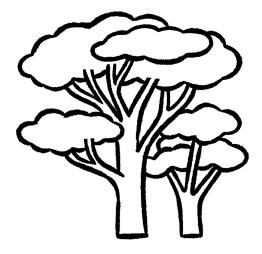
- Reformular as feiras livres da cidade, criando critérios transparentes e justos de participação, bem como implantar estruturas de apoio para feirantes, como banheiros e copa;
- Incluir as feiras de Curitiba (de economia local, solidária e criativa) no mapa de pontos turísticos e culturais da cidade;
- Criar o Selo Fazer local para produtos de manufatura local e para empreendimentos de revenda desses produtos;
- Promover projetos de qualificação paisagística e melhora da caminhabilidade em ruas consolidadas com usos de serviço e em polos gastronômicos;
- Criar um Comitê Intersetorial de Eventos de Curitiba para alinhamento de agendas e ações entre secretarias municipais e iniciativa privada, visando preparar a cidade, qualificar os eventos e potencializar seu alcance;
- Garantir contrapartidas para a realização de grandes eventos na cidade;
- Implantar postos de informação turística em locais estratégicos da cidade, e aprimorar os serviços de atendimento aos visitantes com a produção e distribuição de guias impressos sobre atrativos, natureza, história e cultura locais;
- Adequar o acesso aos equipamentos turísticos, contemplando a acessibilidade universal, em atendimento às necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Melhorar a infraestrutura dos equipamentos turísticos com lavatórios e sanitários, garantindo sua manutenção e respeitando as normas de acessibilidade;

- Mapear e divulgar comunidades e negócios autênticos, que possam oferecer experiências com valor agregado aos visitantes a partir da cultura local;
- Implementar o turismo de observação de aves, inclusive na torre abandonada do Parque Barigui;
- Incluir serviços e atividades de lazer nas áreas naturais da cidade, como aluguel de bicicleta e caiaque, além de trilhas interpretativas com guias locais;
- Criar rotas de observação do patrimônio arquitetônico da cidade, e rotas que conectem obras icônicas localizadas em espaços públicos de Curitiba;
- Fortalecer e criar rotas turísticas contemplando as memórias históricas das populações que ajudaram a construir Curitiba, como imigrantes, pessoas negras e indígenas;
- Criar os "Portais de Curitiba", visando identificar e potencializar os caminhos que conectam a cidade com os atrativos no seu entorno por modais ativos de transporte, seja na Serra do Mar, nos Campos Gerais ou no litoral, com padronização de sinalização e conteúdo informativo, como mapas e dados essenciais sobre o trajeto;
- Conectar a cidade ao Sistema Nacional de Trilhas, visando fomentar o cicloturismo e as trilhas de longo curso como estratégia de desenvolvimento sustentável para o território;
- Reativar e qualificar as equipes destinadas ao ciclopatrulhamento dos parques e demais equipamentos turísticos da cidade;
- Incentivar o cicloturismo através da integração da estrutura cicloviária aos principais atrativos turísticos da cidade e de toda a Grande Curitiba.

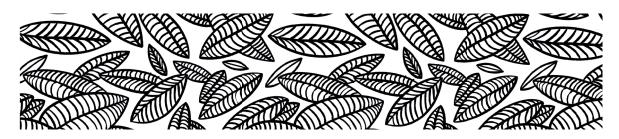


#### 2.3. Construção civil verde

Na Curitiba que queremos, as questões ambientais e concernentes às mudanças climáticas não podem ser tratadas como mera questão setorial, mas com centralidade e de forma transversal em todas as políticas públicas. Nesse sentido, ressaltamos que estas questões devem ser aplicadas também à construção civil, com o emprego de ferramentas, técnicas e materiais mais sustentáveis.



- Adotar Selo Verde e estabelecer incentivos para obras da construção civil que minimizem a geração de resíduos e adotem práticas sustentáveis, como reutilização dos recursos naturais por meio de captação de água da chuva, aquecimento de água por energia solar, geração de energia por placas fotovoltaicas, construção de telhados verdes e outras técnicas de permacultura;
- Investir em atividades de baixa emissão de carbono e implementar estruturas de microgeração de energia, como paineis fotovoltaicos e outras técnicas que utilizem fontes renováveis;
- Atualizar as normas de construção para elevar os índices de permeabilidade do solo, com uso de materiais porosos e obrigatoriedade de cisternas e recuos arborizados nas edificações;
- Incentivar a utilização de materiais naturais, reutilizados, reciclados e aqueles que garantam o aprisionamento de carbono;
- Seguindo princípios de sustentabilidade, adequar de forma progressiva edifícios públicos como escolas municipais, postos de saúde, prefeitura, ginásios de esportes, entre outros;
- Constituir grupo de trabalho para estudo de casos de sucesso e possibilidade de tributação de externalidades negativas, pegada de carbono da construção civil e mecanismos compensatórios de impacto ambiental;
- Criar um Banco de Materiais de Construção para receber excedentes ao final de obras, em condições de serem reaproveitados (Classe A, Resolução CONAMA 307/2002);
- Incorporar nas obras públicas e incentivar a iniciativa privada a aplicar pavimentos permeáveis em calçadas, ruas e estacionamentos, a fim de reduzir o impacto das enchentes na cidade.





#### 💈 2.4. Economia solidária, emprego e renda

A economia solidária não é apenas uma <u>alternativa econômica viável</u>, mas uma abordagem transformadora para promover o desenvolvimento urbano **sustentável**, **inclusivo e equitativo**.

Ela **impulsiona o emprego e a renda** de forma justa, diversifica a economia local, promove a distribuição de renda e **fortalece o tecido social e ambiental da cidade**.

Propomos uma Curitiba que pensa de forma global, mas que <u>atua e incentiva</u> fortemente sua economia local.

- Criar o primeiro Centro Público de Economia Solidária, que comporte atividades de comercialização, mostras, oficinas e apresentações culturais;
- Instituir setor voltado ao fomento da economia solidária dentro da Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação;
- Instituir programa para aquisição facilitada e subsidiada de equipamentos e maquinários para fortalecer os empreendimentos solidários e a geração de trabalho e renda;
- Instituir programa de remuneração por prestação de serviços ambientais e comunitários voltado a associações de moradores, cooperativas e agentes locais que desempenhem serviços como as ecobarreiras (consultar tópico 3.6), coleta de recicláveis (consultar tópico 3.8.), cozinhas e hortas comunitárias (consultar tópico 5.6);
- Desenvolver programas de capacitação profissional voltados a mulheres vítimas de violência e fomentar o emprego deste grupo nas contratações públicas;
- Desenvolver programas de capacitação profissional voltados a egressos do sistema prisional e fomentar o emprego deste grupo;



- Desenvolver um programa de Primeiro Emprego para jovens, com oportunidades para atuar na administração pública e também em parcerias com a iniciativa privada;
- Estimular negócios colaborativos criados por jovens ou que empreguem jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade, com linhas de crédito e apoio especializado;
- Fortalecer o Centro de Apoio à Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, aliando parcerias dos setores público e privado e de instituições de ensino para maior inserção no mercado de trabalho.



## Urbanismo SOCIAL e ambienta

## URBANISMO PARA O SÉCULO XXI: POLÍTICAS AMBIENTAIS E URBANAS

Neste eixo, trazemos nossas propostas para o urbanismo e o meio ambiente de Curitiba, que, conforme exposto em nossas premissas, não podem ser dissociados.

Nossas políticas ambientais e urbanas devem estar voltadas a tornar Curitiba uma cidade boa para todas as pessoas e alinhada ao enfrentamento da crise climática, dois princípios transversais de todas nossas proposições.

Em conformidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é possível tornar nossa cidade inclusiva, segura, resiliente, sustentável e boa para se viver.



#### 3.1. Transporte público coletivo

O transporte público figura como uma das questões **mais urgentes de Curitiba.** Nosso trânsito está cada dia pior e enfrentamos um esgotamento do nosso sistema viário. Nos ônibus, passageiros <u>pagam caro</u> e enfrentam uma <u>deterioração da qualidade do serviço</u>, com tarifas que corroem a renda dos trabalhadores.

Além do subsídio e da transparência dos custos de operação, a **tarifa deve e pode ser mais barata** se tivermos mais passageiros. Nesse sentido, precisamos repensar a qualidade do serviço de transporte público para melhorar a vida daqueles que já fazem uso dos ônibus, <u>atrair novos passageiros para desafogar o trânsito</u> e fazer a cidade fluir.

- Elaborar um novo modelo segmentado (separar licitação de operação, compra da frota, manutenção de veículos, manutenção dos terminais) para a licitação do transporte público de 2025 como forma de diminuir os custos, ampliar a competitividade, a qualidade do serviço e a transparência na gestão;
- Rever o modelo de remuneração às empresas do transporte, substituindo o critério de projeção "por passageiro" para critérios de qualidade e de serviço efetivamente prestado;



- Ter como princípio para a nova licitação a modicidade da tarifa de transporte público coletivo e isenção para setores em vulnerabilidade social;
- Implantar a nova licitação prevendo o sistema de Mobility as a Service, com uma plataforma integrada de serviços de mobilidade e de informações (ônibus, transporte por aplicativos, bicicletas compartilhadas, etc.);
- Na plataforma integrada de serviços de mobilidade, desenvolver sistemas de benefício ao usuário(a) relacionados ao uso de modais ativos e coletivos;
- Implantar bilhete único diário, semanal e mensal, e valores diferenciados como forma de atrair novos passageiros para o transporte público coletivo;
- Instituir a integração temporal universal de 2 horas;
- Oferecer isenção da tarifa de ônibus para beneficiários(as) do Bolsa Família e pessoas desempregadas;
- Reimplantar a tarifa especial aos domingos ("Domingueira");
- Promover negociação junto ao Governo Estadual para integração plena da Rede de Transporte Público Metropolitano com Curitiba;
- Garantir integração intermodal nos terminais;
- Vislumbrar Tarifa Zero como horizonte de política pública, alinhada a iniciativas federais que buscam a viabilização do financiamento em grandes centros urbanos, como o Sistema Único de Mobilidade (SUM), em discussão no âmbito federal;
- Avaliar todos os terminais da cidade para identificar e definir reformas prioritárias que promovam acessibilidade e qualidade aos usuários(as) e trabalhadores(as) do transporte;
- Promover a melhora e o monitoramento da qualidade do serviço, com especial atenção à experiência de mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e população vulnerável socialmente;
- Garantir transparência ativa de dados dos contratos vigentes do sistema de transporte coletivo e cálculo da tarifa;
- Promover a revisão das linhas e ampliação das rotas de pequenos deslocamentos;
- Alinhar a gestão do transporte público coletivo às metas de combate ao aquecimento climático, contemplando eletrificação da frota e metas de redução progressiva do transporte por veículos individuais;
- Retomar a linha Circular Centro;
- Implantar linhas diretas para o centro e para centralidades metropolitanas no terminal do Tatuquara com vistas à integração da regional;

- Disponibilizar aplicativo público com sistema de informação facilitado ao usuário(a), com horários e itinerários, nos pontos de ônibus e terminais;
- Melhorar o sistema de informações sobre linhas e pontos de parada, com elaboração de mapas disponíveis nos pontos de ônibus e aplicativo público, com distinção de rotas por cores;
- Garantir a distinção de cores tradicionais das linhas de ônibus (laranja, verde, amarelo, vermelho etc.) para facilitar a identificação visual aos pedestres e associar as cores dos veículos aos mapas informacionais das rotas e itinerários da rede de transporte público coletivo;
- Revisar a política de utilização do mobiliário urbano de propaganda nos pontos de parada de ônibus, mudando o foco da publicidade privada destinada a pessoas em trânsito em automóveis, para informações sobre o transporte público coletivo voltadas a pedestres;
- Requalificar a rota e disponibilizar mais unidades de ônibus na linha Circular Sul;
- Desenvolver continuamente pesquisas de opinião sobre o perfil do usuário (a) do transporte coletivo e de origem-destino para monitoramento e aprimoramento do sistema;
- Priorizar atributos de conforto, acessibilidade universal e energias limpas, renováveis e de baixa emissão na caracterização da renovação da frota;
- Garantir mecanismos e desenhos que garantam acesso universal dos usuários(as) aos ônibus e ponto de ônibus;
- Implantar paraciclos nos terminais de ônibus, proporcionando segurança para permanência e fixação das bicicletas, bem como equipamentos de suporte ao ciclista, com meta de contemplar todos os terminais em quatro anos;
- Adequar todos os terminais e suas calçadas imediatas, visando à acessibilidade universal em quatro anos;
- Promover formação para operadores do transporte coletivo, introduzindo o objetivo de Morte Zero no trânsito e a importância do respeito à vida de pedestres, ciclistas, pessoas idosas, com deficiência e mobilidade reduzida;
- Acabar com punições e premiações de motoristas da rede de transporte que possam ser associadas ao aumento da velocidade dos veículos;
- Implementar estratégias de segurança para cobradores(as) e usuários(as), como sistema de câmeras de monitoramento e a Patrulha do Transporte da Guarda Municipal circulando entre ônibus e terminais;
- Realizar estudos de viabilidade de meios de transporte coletivo ainda não utilizados, como Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), contemplando alternativas para integração metropolitana, utilização dos trilhos da rede ferroviária e pequenos e médios deslocamentos na região central da cidade.



#### 3.2. Mobilidade ativa, acessibilidade e segurança no trânsito

Apesar do enfoque sobre o automóvel, o trânsito é composto por uma diversidade de atores: pedestres, ciclistas, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas em passeio, pessoas trabalhando. A política de mobilidade deve olhar para todos esses sujeitos e, alinhada aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao Código de Trânsito Brasileiro e à Política Nacional de Mobilidade Urbana, priorizar a mobilidade ativa, a segurança no trânsito e garantir a acessibilidade.

- Implementar o princípio de Morte Zero no Trânsito, isso é, um planejamento viário que considera as falhas humanas e atua para reduzir ao máximo a gravidade dos sinistros e as fatalidades no trânsito;
- Tornar Curitiba referência nacional para mobilidade ativa e acessibilidade universal;
- Criar a Superintendência da Acessibilidade Universal (detalhado no tópico 1.3.):
- Restituir a Coordenação de Mobilidade Urbana na Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito (detalhado no tópico 1.3.);
- Promover fóruns de trabalho e maior diálogo entre representantes do IPPUC,
   Setran, SMOP e URBS para troca de informações e alinhamento de ações;
- Reestruturar e fortalecer a pesquisa em mobilidade ativa no IPPUC, com pesquisas de origem e destino, perfil de ciclistas, demandas de pedestres e cicloentregadores para promoção de um planejamento e proposição de projetos pautado na realidade das pessoas e nos gargalos reais de uso da rede viária da cidade;
- Promover estudos de planejamento para reconhecimento e instituição dos subcentros de Curitiba, áreas com grande circulação de pessoas e concentração de serviços e comércios, que deverão ser transformadas em áreas calmas e priorizadas para instalação de projetos de ruas completas, calçadas acessíveis e semáforos sonoros;
- Nos perímetros de Zonas Calmas, estudar a implantação de "Superquadras", formadas por um conjunto de quarteirões onde a circulação de automóveis é restrita, a exemplo do que é feito em Barcelona, incentivando o deslocamento não motorizado e visando ao acesso a serviços vicinais;
- Implantar bicicletários seguros em pontos estratégicos e paraciclos em edifícios de instituições públicas e em todas as quadras dos perímetros de Zonas Calmas;



- Institucionalizar a Zona Calma da região central da cidade como zona de baixa emissão de carbono, com priorização da mobilidade ativa, prevendo ponto de integração intermodal e estacionamentos em terrenos limítrofes ao centro, com redução dos estacionamentos nas vias públicas para beneficiar a mobilidade ativa, ampliação da rede cicloviária do centro, adequação das calçadas para acessibilidade universal e fomento à ciclologística, com implantação de pontos de suporte para cicloentregadores;
- Criar o Fundo da Mobilidade Ativa, abastecido com aportes diretos e com a totalidade dos valores arrecadados com o estacionamento rotativo, a fim de garantir receitas contínuas para projetos voltados à mobilidade ativa, como rotas acessíveis, requalificação de calçadas e ciclovias;
- Ampliar as áreas de estacionamento rotativo para todos os subcentros da cidade, como forma de compensação de uso privado do espaço público e aumento da arrecadação voltada à mobilidade ativa;
- Instituir grupo de trabalho focado em aprimoramento de captação de recursos (de outros entes federados e captação internacional) e na estruturação das finanças para ampliação do Fundo de Mobilidade Ativa;
- Adequar terminais do transporte público coletivo e seu entorno, garantindo acessibilidade universal das calçadas de acesso, semáforos sonoros e instalação de bicicletários e dispositivos de acalmamento de tráfego, além de melhoria da sinalização vertical e horizontal;
- Garantir o acesso seguro aos pontos de ônibus por meio da implantação de travessias elevadas, faixas de pedestres, sinalização e iluminação do entorno;
- Promover novo desenho de mobiliário de ponto de ônibus, garantindo espaço adequado para se sentar e se proteger da chuva;
- Aplicar preceitos da acessibilidade universal em todos os projetos de obras públicas, e adequação progressiva dos espaços e equipamentos públicos existentes;
- Ampliar a fiscalização e manutenção das calçadas conforme as normas de acessibilidade, e estabelecer plano de requalificação das calçadas cujas obras serão executadas pelo município em áreas de grande circulação de pedestres, mediante contribuição de melhoria dos particulares, conferindo uniformidade às quadras e redução nos custos das obras;
- Ampliar o atendimento no programa de transporte Acesso;
- Implantar o uso do Cartão Respeito e ampliar o número de serviços oferecidos;
- Ampliar progressivamente a segurança no trânsito por meio de técnicas de moderação de tráfego, como travessias seguras, pavimentos intertravados e técnicas de urbanismo tático que ampliem a infraestrutura para pedestres e ciclistas;

- Promover ações de educação no trânsito com o objetivo de reconhecer os diferentes meios de transportes, estimulando uma cultura de cuidado e respeito às diferenças no trânsito, bem como encampar campanhas nacionais, como o Movimento Maio Amarelo e o Dia Mundial sem Carro;
- Preservar e criar novas vias de mão dupla, garantindo um fluxo moderado nas vias locais e uma melhor qualidade ambiental para moradores, além de condições para o desenvolvimento do comércio na região;
- Implementar um programa de reinserção social de vítimas de sinistros de trânsito;
- Rever o Plano de Estrutura Cicloviária da cidade, garantindo ampla participação da sociedade civil e inserção de metas de ampliação e qualificação da malha que possam ser verificadas anualmente;
- Ter como premissa do planejamento cicloviário a visão do modal como meio de transporte (não exclusivamente de passeio);
- Promover campanhas públicas e específicas sobre os direitos dos(as) ciclistas e o respeito à intermodalidade no trânsito, com distribuição de material informativo, adesivos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para ciclistas;
- Implantar o projeto Bicicleta Nas Escolas, com aulas práticas e teóricas sobre educação no trânsito e de ciclomobilidade para crianças da rede municipal de educação;







- Promover a conexão cicloviária de Curitiba com os circuitos cicloturísticos da Região Metropolitana de Curitiba;
- Implantação das ciclovias estruturais em Curitiba, tal qual os eixos estruturais do transporte motorizado, para conexão do território e integração de longas distâncias da malha cicloviária;
- Implantar o Circuito Cicloviário Intercampi, conectando os cinco campi da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e de instituições de ensino superior particulares;
- Implantar em 01 ano o Eixo Acessível Central, conectando o Hospital de Clínicas, UFPR, Rodoferroviária, Terminal do Guadalupe, Rua XV de Novembro, Praça Carlos Gomes e Praça Tiradentes com ruas completas e calçadas com acessibilidade universal;
- Implantar moto-faixas exclusivas nas vias da cidade com mais sinistros envolvendo motociclistas, como forma de melhorar a fluidez do trânsito e diminuir colisões;
- Desenvolver serviço de aplicativo Municipal de Táxi da Cidade de Curitiba e diminuir o valor da outorga, que é a mais cara do Brasil, dentre outras ações para incentivar mais trabalhadores de aplicativo a aderirem à plataforma.

#### 3.3. Política habitacional, regularização e gestão fundiária

No campo da política habitacional, temos duas searas: a <u>produção habitacional</u> <u>e a regularização fundiária</u>. A produção se refere ao déficit habitacional e à criação de novas unidades, enquanto a regularização diz respeito a situações já consolidadas mas que precisam sair do seu contexto de informalidade, com reconhecimento de direito e integração urbana. Curitiba conta hoje com **mais de 300 áreas de ocupações e um déficit de 90.000 moradias**. Trata-se, portanto, de um <u>problema latente da nossa cidade</u>, que merece ser tratado com a devida urgência. Como princípio da estruturação da política habitacional, temos o diálogo e a participação da população, a valorização dos laços comunitários locais e a diversificação das formas de **acesso à moradia**.

- Revisar o Plano Setorial de Habitação e Regularização Fundiária de Curitiba, com estabelecimento de prioridades e metas que possam ser verificadas anualmente:
- Criar a Secretaria da Habitação, Regularização e Gestão Fundiária (detalhado no tópico 1.3.);
- Instituir grupo de trabalho focado em aprimoramento de captação de recursos (de outros entes federados e captação internacional) e na estruturação das finanças para ampliação do Fundo de Habitação de Interesse Social;
- Estabelecer cota orçamentária municipal mínima para produção habitacional, partindo de 1% do orçamento municipal total;
- Diversificar as formas de acesso à habitação de interesse social, aliando produção de novas unidades para aquisição, requalificação de imóveis e locação social;
- Estruturar um programa piloto de locação social, isto é, um empreendimento com unidades públicas dispostas para locação, com valores abaixo do mercado, voltadas a setores em vulnerabilidade social (Ex. Vila dos Idosos em São Paulo);
- Estruturar política habitacional específica para população em situação de rua a partir do modelo Moradia Primeiro (consultar tópico 5.3.);
- Garantir que novos conjuntos habitacionais populares sejam construídos, preferencialmente em áreas infraestruturadas e respeitando áreas de preservação existentes, incluindo infraestrutura verde e de lazer, como parquinhos infantis e arborização;

- Privilegiar a produção habitacional em modelos cooperados e que fortaleçam os laços comunitários e a coesão social das comunidades, a exemplo do Minha Casa, Minha Vida Entidades;
- Inventariar o Patrimônio Imobiliário do Município e das empresas de economia mista (Cohab, Curitiba S.A. e Urbs), e reconstituição do Banco de Terras Públicas (detalhado no tópico 1.2.);
- Priorizar a regularização fundiária e requalificação urbana-ambiental de comunidades em áreas de risco climático ou com recorrência de alagamentos, por meio de processos dialógicos e participativos com as comunidades;
- Promover a articulação intersetorial das políticas de habitação com programas voltados à regulação e ao controle do uso do solo para a preservação do meio ambiente, especialmente em áreas de mananciais;
- Estruturar programa para titulação facilitada e não onerosa, com foco em áreas consolidadas e já infraestruturadas sobre terras públicas ou das companhias do município (Cohab, Curitiba S.A.) cuja população tenha sido vitimada pelos Termos de Concessão de Uso do Solo (TCUS) firmados pela Cohab e anulados judicialmente (cerca de 30.000);
- Regulamentar a Lei nº 11.888/2008 e destinar recursos para implementação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), buscando sua viabilização por meio de parcerias com instituições de ensino e organizações da sociedade civil;
- Estruturar a política de aluguel social para casos emergenciais associados a defesa civil, como enchentes ou desastres, e para situações de conflitos fundiários coletivos que eventualmente impliquem em despejos (revisão e compatibilização da Lei Municipal nº 14.700/2015 e do Decreto Municipal nº 2404/2023);
- Instalar no município a Câmara de Mediação de Conflitos Fundiários Coletivos ligados à Regularização Fundiária, tal qual previsto na Lei Federal nº 13.465;
- Capacitar e criar setor específico dentro da Fundação de Ação Social de Curitiba voltado ao atendimento e à formulação de planos de atendimento para famílias e comunidades ameaçadas por despejos coletivos, a partir das premissas do Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas e da Resolução nº 10/2018 do Conselho Nacional de Direitos Humanos.





#### 3.4. Patrimônio histórico e requalificação urbana

Aqui, abordamos dois pontos prementes para o urbanismo: o patrimônio histórico imobiliário da cidade e nossas demandas de <u>requalificação e revitalização</u> de regiões marcadas pela degradação do <u>estoque imobiliário edificado e pelo</u> abandono.

Estas questões são especialmente evidentes na região central da cidade (destacando-se os bairros Centro, São Francisco e Rebouças). As áreas com grande incidência de imóveis vazios implicam em uma série de problemas, como deterioração da paisagem e do patrimônio histórico da cidade, piora da segurança pública e a subutilização de imóveis que poderiam estar sendo usados em áreas providas de infraestrutura, com acesso facilitado a serviços e à cultura.

Para lidar com estes desafios, propomos soluções que transponham os limites das intervenções voltadas apenas ao restauro de fachadas e incentivos tributários a proprietários de imóveis históricos: precisamos promover e fomentar a diversidade de usos nessas regiões e rever o desenho urbano das ruas para priorizar a mobilidade ativa, com ruas completas e melhor qualidade da caminhabilidade.

- Elaborar diagnóstico e banco de dados dos bens inventariados e tombados de Curitiba, reunindo informações e estabelecendo indicadores sobre seu estado de conservação, potencialidade e restrições de uso dos edifícios;
- Estudar a revisão da política de preservação, contemplando a distinção entre a preservação de conjunto (valor da unidade enquanto integrante de conjunto, com maior flexibilidade de reformas interiores e usos) e a preservação de unidades (valor arquitetônico próprio, com normas de reforma e uso mais rigorosas);
- Mapear o estoque imobiliário abandonado na região central com potencial de produção de Habitação de Interesse Social e/ou instalação de equipamentos públicos por meio de consórcios (Parcerias Público-Privadas);
- Implementar mecanismos e instrumentos para garantir maior densidade nas áreas da cidade dotadas de infraestrutura de mobilidade e concentração de serviços;
- Promover estudos para revisão das normas de reformas para adaptação de usos contemporâneos e autonomização do 2º pavimento de imóveis de interesse histórico, nos casos de obsolescência funcional. Hoje, na maioria dos imóveis, os segundos pavimentos encontram-se fechados ou utilizados como depósitos, em subutilização, muitos dos quais em franca deterioração);
- Estruturar política de fomento por meio de descontos e/ou isenção do ISS para empreendimentos que se instalem em imóveis históricos e que necessitem de reforma (detalhado no tópico 1.2.);

Mapear ruas e eixos com alta concentração de imóveis de interesse de preservação e imóveis vazios e/ou abandonados para implantação de novos desenhos e paisagem das vias, priorizando a implantação de ruas completas para fomento da circulação de pedestres e ocupação dos imóveis (Ex.: Início da rua Saldanha Marinho, Ébano Pereira, Desembargador Ermelino de Leão, início da Alameda Augusto Stellfeld, Alameda Cabral, Des. Clotário Portugal, Av. Cruz Machado, Barão do Rio Branco, Presidente Carlos Cavalcanti, Paula Gomes);



- Efetuar o tombamento da paisagem da última quadra da Alameda Princesa Isabel e da Travessa dos Editores;
- Aplicar e operacionalizar de forma efetiva os instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor, notadamente o IPTU Progressivo, para constranger o abandono e a subutilização, e o direito de preempção na aquisição de áreas estratégicas para implantação de projetos de interesse público;
- Revisar o Projeto Rua da Memória (expansão do Memorial de Curitiba), com estratégia para utilização efetiva dos equipamentos culturais e imóveis públicos subutilizados na região do Largo da Ordem, e preservação dos usos comerciais e habitacionais dos imóveis históricos;
- Promover concurso público de projeto de desenho urbano para soluções de requalificação da Travessa Nestor de Castro, prevendo soluções de reconexão e caminhabilidade entre a Praça Tiradentes e o Largo da Ordem, requalificação do entorno do viaduto (Alameda Dr. Muricy) e reabertura da Travessa Padre Júlio de Campos;
- Desenvolver programas de educação patrimonial nas escolas municipais e para o público em geral;
- Ampliar a zona histórica no bairro São Francisco, abrangendo um maior número de elementos de relevância para o conjunto patrimonial da cidade;
- Em parceria com instituições de ensino, promover cursos de qualificação de servidores(as) e agentes privados(as) voltados à preservação do patrimônio e a técnicas de restauro.



# 3.5. Governança ambiental e enfrentamento às mudanças climáticas

Além de figurar como elemento causador do aquecimento global, as cidades também <u>enfrentam os efeitos de um clima já alterado</u>, especialmente em decorrência de eventos extremos.

As mudanças climáticas, associadas ao crescimento constante do consumo e da demanda por recursos naturais, nos levam a uma **situação de risco** que já vem sendo experienciada em Curitiba, notadamente com a <u>estiagem e os alagamentos</u>, que <u>afetam de maneira desigual algumas pessoas e bairros</u>. Além disso, é preciso estabelecer uma governança metropolitana, pois apesar de Curitiba ser o centro da demanda de consumo, não temos capacidade de produção e reserva de alimentos, energia e água.

Nesse sentido, pactuamos da concepção de **cidades resilientes**, que devem contar com sistemas capazes de absorver os choques e os estresses da emergência climática e se recuperar rapidamente.

Conforme a proposição da ONU para cidades sustentáveis, são 10 os princípios para qualificação da gestão urbana no atual cenário de crise climática: ter uma economia de baixo carbono; manter a resiliência; ser baseada em soluções naturais; ser justa, inclusiva e equitativa; planejada para o clima e com "governança climática"; voltada para os locais e para a cultura hiperlocal; integrada; favorável à economia circular; capaz de construir, habilitar e transferir financiamento, e promover a saúde e o bem-estar de todos. Para tanto, a questão ambiental deve deixar de ser acessória e setorial em nossa cidade para estar **presente de forma transversal em todas as políticas públicas.** 



- Implantar o conceito de cidades resilientes no planejamento urbano, associada à capacidade das cidades de lidar com mudanças e eventos extremos decorrentes do clima;
- Tratar a questão climática com centralidade na revisão do Plano Diretor de 2025;
- Rever o Plano de Ação Climática com previsão de metas, indicadores, monitoramento e revisão periódica, conferindo operacionalidade e concretude às suas disposições, de forma participativa, e garantindo ciclos permanentes de reuniões e audiências junto ao Fórum Municipal sobre Mudanças Climáticas;
- Criar a Superintendência do Clima ligada à Secretaria de Governo, com papel de articulação da agenda climática no município (detalhado no tópico 1.3.);
- Capacitar servidores(as) do município, notadamente da Secretaria de Urbanismo, Meio Ambiente e Obras, para implantação e gestão de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), que deverão ser priorizadas nas obras públicas, especialmente as de drenagem;
- Instituir grupo de trabalho composto por técnicos(as) municipais e instituições da sociedade civil de ensino, pesquisa e de ação ambiental, voltado à estruturação de projetos focados em SBN e captação de recursos (de outros entes federados e captação internacional) para sua implantação;
- Promover estudo financeiro sobre os recursos e destinação do ICMS Ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para sua destinação prioritária a ações e programas de requalificação e conservação ambiental;
- Fortalecer e instituir novos incentivos à preservação ambiental por parte de cidadãos e empresas, como o Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) e a redução de tributos;
- Conferir maior publicidade ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e ao plano de utilização dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- Fortalecer, capacitar e adequar a estrutura organizacional da SMMA para a fiscalização e o monitoramento ambiental;
- Fortalecer a gestão ambiental de parques, praças e áreas verdes de maneira democrática e participativa;
- Fortalecer o diálogo com outros municípios que adotem políticas ambientais bem-sucedidas;
- Implementar em todas as regionais a Política Municipal de Educação Ambiental com foco na comunidade, em parceria com universidades e organizações da sociedade civil e de forma integrada com as demais secretarias, como Saúde, Agricultura, Educação e Turismo;

- Promover a formação continuada de docentes voltada ao desenvolvimento sustentável, e implantar a Educação Ambiental efetiva nas escolas municipais de Curitiba:
- Criar o Portal de Meio Ambiente para garantir dados abertos acerca da gestão ambiental do município e promover a educação ambiental, com tutoriais, manuais, guias, legislação, licenças, autorizações e materiais educativos e informativos;
- Ampliar e qualificar a transparência de dados sobre a qualidade do ar e da água em Curitiba.



# 🔰 3.6. Gestão das águas

O território de Curitiba é composto por <u>seis bacias</u> (Atuba, Barigui, Belém, Iguaçu, Padilha e Passaúna) e <u>120 sub-bacias</u>. Trata-se, portanto, de um território **rico em recursos hídricos** e que merecem maior cuidado.

A despeito da abundância de mananciais da região, entre 2020 e 2021 tivemos um longo período de estiagem e nos vimos vulneráveis em relação às nossas reservas. Por outro lado, observamos também um aumento nos eventos extremos de chuvas.

Esses episódios e o contexto das mudanças climáticas nos alertam para a necessidade de conferir **maior importância à gestão das águas**, sob três aspectos: proteção das nascentes e de reservatórios, despoluição e requalificação urbano-ambiental das margens dos rios, além de <u>melhoria e inovação das soluções</u> de drenagem.

- Ter como horizonte a renaturalização progressiva dos rios urbanos e nascentes através do tratamento, descanalização e reflorestamento sistêmico, de forma colaborativa com a comunidade;
- Promover mapeamento e sinalização das nascentes de Curitiba como primeiro passo de um Plano de Proteção de Nascentes, que deverá prover projetos de qualificação urbana e ambiental do entorno de nascentes em áreas públicas ou nascentes estratégicas em terrenos privados, a exemplo do Parque Nascentes do Belém;
- Fiscalizar e regularizar as ligações de esgoto e águas pluviais em cada bacia hidrográfica;
- Consolidar programas de educação ambiental com o objetivo de melhorar a qualidade dos rios, a exemplo do Programa Olho D'água, que deverá ser retomado e fortalecido;

- Mapear imóveis públicos e das companhias de economia mista do município em áreas com histórico de alagamentos com potencial para projetos de drenagem, notadamente soluções micro para problemas pontuais ao longo das bacias;
- Implantar jardins de chuva e pavimentação drenante, sobretudo em grandes áreas impermeabilizadas e/ou edificadas com histórico de alagamentos;
- Implantar projeto piloto de renaturalização de trecho da bacia do Ribeirão dos Padilhas (a menor e menos desnaturalizada da cidade), com plano de despoluição e requalificação integral das margens, incluindo implantação de corredores ecológicos;
- Promover a requalificação integral do canal do Rio Belém entre o Viaduto Colorado até sua foz, com projeto de paisagismo focado na arborização das margens e requalificação das vias, com garantia de passeios acessíveis, áreas de lazer e rede cicloviária como forma de melhoria da qualidade ambiental e da relação de fruição da comunidade com o rio;
- Propor consórcio intermunicipal para fiscalização e controle do uso do solo e implantação de projetos de Unidades de Conservação e qualificação urbana ambiental das áreas de manancial lindeiras a outros municípios da RMC, a começar pelos entornos das represas de abastecimento Passaúna, Iraí e Piraquara I e II;
- Implantar Ecobarreiras em pontos estratégicos dos rios de Curitiba, em regime de cooperação com entidades e agentes da sociedade civil.





# 3.7. Arborização e Unidades de Conservação

Curitiba conta com cerca de <u>20% de sua área coberta por florestas</u>, localizadas em sua maior parte dentro de propriedades particulares, e conta ainda com 75 equipamentos urbanos públicos ligados ao meio ambiente, dentre eles 15 bosques e 34 parques (considerando o Zoológico e Jardim Botânico).

São bons indicadores, mas poderiam ser ainda melhores. É preciso zelo e provisão de projetos de paisagens e estruturas de lazer de forma **mais equânime entre as regiões de Curitiba**, não apenas naquelas com maior fluxo turístico.

- Elaborar coletivamente o Plano de Arborização Urbana de Curitiba, com o diagnóstico dos indivíduos arbóreos, condições fitossanitárias e orientações técnicas para o plantio e manejo, privilegiando espécies nativas e com previsão de metas anuais verificáveis;
- Aumentar o índice de arborização, notadamente nas áreas adensadas, como forma de enfrentamento às ondas de calor;
- Vedar o corte de árvores adultas na cidade, a não ser quando demonstrada a necessidade por risco ou impossibilidade técnica de projeto alternativo;
- Realizar cadastramento de jardineiros formalizados ou autônomos para promover capacitação de Jardinagem Ecológica, por meio de parcerias com instituições de apoio às micro e pequenas empresas;
- Avaliar e atualizar o Plano Municipal da Mata Atlântica de forma participativa e democrática;
- Fortalecer e tornar mais atraentes e abrangentes as políticas para criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM);
- Promover o planejamento territorial (Master Plan) com previsão de projeto paisagístico, de requalificação ambiental e regularização fundiária da Área de Proteção Ambiental (APA) do Iguaçu, que contempla o Parque Natural Municipal do Iguaçu, Parque Náutico, Zoológico Municipal de Curitiba e Parque dos Peladeiros, Parque do Centenário da Imigração Japonesa, Parque Linear do Cajuru, Parque Linear do Caximba; a Estação Ecológica do Cambuí; a Estação Ecológica Campos Naturais - Teresa Urban e parte do Refúgio de Vida Silvestre do Bugio. Trata-se de um eixo ambiental importante da cidade e com grande potencial para conformação de um maciço corredor ecológico, hoje marcado pela falta de projetos de fruição das áreas verdes pela comunidade e por pontos de pressão da ocupação irregular do solo.









# 3.8. Resíduos sólidos

Partimos da ideia de promover uma **cidade Lixo Zero**, isto é, uma visão compartilhada de longo prazo na qual não existirá mais a produção de resíduos como vivenciamos hoje: em excesso, com descarte inadequado e manejo insuficiente.

Uma cidade Lixo Zero é aquela que observa a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, compostagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A despeito do rótulo de Capital Ecológica e do grande impacto do programa Lixo que não é Lixo, Curitiba conta com um percentual de <u>apenas 23% de reciclagem</u> e não dispõe de uma política de compostagem estrutural, limitando-se à distribuição pontual de 1.000 composteiras domésticas.

Ademais, a nova licitação do consórcio que gere os resíduos de Curitiba e diversos outros municípios da região, anunciada em fevereiro de 2024, está vencida há mais de uma década, e o arranjo que temos em operação foi um credenciamento provisório de aterros, com impactos diretos sobre a população da Cidade Industrial de Curitiba, que sofre com a presença do aterro Essencis, localizado em área de habitação popular.

Nesse sentido, há muito o que avançar para garantir uma política de resíduos sólidos realmente sustentável.

- Revisar de forma participativa e dialógica junto à sociedade civil o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, estabelecendo metas e modos de monitoramento para todas as formas de destinação de resíduos: reciclagem, reuso e compostagem, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos sólidos e destinar apenas rejeitos aos aterros sanitários;
- Criar o Programa Municipal de Compostagem, contemplando pontos de coleta e associado às hortas públicas e comunitárias da cidade, além de fomento à compostagem domiciliar e condominial, e obrigatoriedade de compostagem para grandes produtores de resíduos orgânicos;
- Reestruturar a coleta seletiva com separação dos resíduos em 3 categorias: compostáveis, recicláveis e rejeitos (não recicláveis), em cumprimento à Política Nacional dos Resíduos Sólidos;

 Revisar o programa Eco Cidadão em processo participativo junto às associações e cooperativas de catadores(as), contemplando: aumento da formalização dos catadores; suporte para fornecimento de infraestrutura; e estabelecimento de sistema de remuneração básico das cooperativas e associações de catadores, considerando o Pagamento por Serviços Ambientais de interesse público e não mais por tonelada recebida;



- Promover licitação para desenvolvimento e aquisição de veículos elétricos para coleta de recicláveis direcionados às associações e cooperativa de catadores(as);
- Erradicar o trabalho de crianças e adolescentes na coleta de resíduos sólidos, priorizando o atendimento destas nas escolas públicas em período integral;
- Garantir a contratação das associações e cooperativas de catadores(as) nos planos de logística reversa;
- Promover campanhas educativas permanentes junto à população e às escolas para aprimorar a reutilização, reciclagem e compostagem de resíduos sólidos;
- Adotar Selo Verde para empresas que minimizem a geração de resíduos e adotem práticas sustentáveis, como a correta separação dos resíduos sólidos, reutilização dos recursos naturais e compostagem;
- Assegurar que a nova licitação via consórcio tenha pontuação direcionada por premissas de sustentabilidade e destinação final em aterros exclusivamente de rejeitos;
- Encerrar no prazo estabelecido as atividades do aterro sanitário Essencis, localizado na Cidade Industrial de Curitiba, e publicizar seu plano de encerramento, garantindo ações de mitigação, compensação e recuperação do passivo ambiental.



# 🏅 3.9. Defesa e proteção animal

A política de proteção animal é uma faceta <u>importante da política ambiental</u>, tanto em relação a **animais silvestres quanto domésticos**. Nesta seara, buscamos uma crescente conscientização da sociedade, bem como o fortalecimento das instituições e entidades de proteção.

- Estabelecer diálogo e ações permanentes com universidades, institutos e associações de proteção e defesa dos direitos dos animais;
- Ampliar e fortalecer os programas de proteção animal, adoção e Saúde Única;
- Dar continuidade às ações de castração em clínicas veterinárias conveniadas e castramóveis;
- Implementar o banco de rações;
- Ampliar a estrutura do Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR);
- Reimplantar a Guarda de Proteção Animal;
- Promover campanhas educativas sobre maus-tratos e abandono de animais, e veiculação dos canais e formas de denúncia;
- Fortalecer os Centros de Apoio à Fauna Silvestre (CAFS);
- Dispensar e substituir progressivamente os pontos de luz branca nas ruas para evitar cronoruptura no ecossistema, prejudicial à flora e fauna urbana;
- Promover campanhas educativas sobre a fauna silvestre e a preservação de seus habitats em Curitiba;
- Remanejar os animais do Passeio Público para o Zoológico Municipal, onde terão mais espaço e qualidade de ambiência;
- Promover melhorias de ambiência no Zoológico Municipal, contratação de servidores(as) e melhor aproveitamento do parque como espaço educativo.



# **#ACuritibaQueQueremos**





# DIREITO À CIDADE PARA TODOS: ESPAÇO PÚBLICO, POLÍTICAS CULTURAIS, DE ESPORTE E LAZER

A Curitiba que ficou conhecida como modelo, com seus parques, praças e estruturas de lazer, esconde uma grave realidade: essa cidade que se diz a "mais inteligente do mundo" só é acessível a uma parcela muito pequena da população.

A verdade é que grande parte das pessoas vive numa Curitiba que não aparece nos cartões postais e não oferece serviços básicos, muito menos políticas que promovam o direito delas vivenciarem a cidade com acesso à cultura, esporte e lazer.

Acreditamos que, para Curitiba ser realmente uma cidade modelo, ela precisa garantir serviços de qualidade para toda sua população, nos 75 bairros, não apenas em algumas regiões tidas como "nobres" ou turísticas.

Neste eixo, reunimos propostas para levar qualidade de vida a todos os bairros da capital, tornando Curitiba uma cidade referência de verdade e para todas as pessoas.



# 3 4.1. Equipamentos urbanos e espaço público

Um espaço público **acessível, vivo e diverso** é fundamental para uma cidade democrática. Partimos da concepção de que o espaço público não deve ser visto como um local de mera circulação de pessoas e veículos, mas um <u>espaço de estar, permanecer, conviver e demonstrar nossas riquezas culturais.</u>

Atrair a população para espaços públicos da cidade requer um desenho urbano **acolhedor, acessível, interativo e seguro**. A distribuição democrática dos serviços e comércios nos bairros contribui para <u>minimizar</u> o deslocamento urbano, <u>fortalecer</u> a economia local e <u>promover</u> vínculos de vizinhança.

# PROPOSTAS:

Estimular que espaços públicos e edificações sejam projetados de acordo com a escala humana, com acesso visual à rua e construções de altura baixa e média, que promovam interação entre os espaços públicos e privados;



- Viabilizar o desenho universal da cidade, garantindo acessibilidade e segurança à população de forma inclusiva, com foco nas pessoas idosas, com deficiência, mulheres e crianças;
- Projetar equipamentos e espaços públicos contemplando a perspectiva e receptividade das crianças, com espaços lúdicos e estrutura de apoio, como fraldários;
- Garantir que novos equipamentos sejam projetados a partir das premissas da acessibilidade universal e promover a adaptação dos existentes;
- Garantir a oitiva prévia de usuários e fomentar concursos para desenho de mobiliário urbano, a exemplo das barracas da feira do largo da ordem;
- Ampliar e renovar a variedade de equipamentos presentes em praças e parques, investindo nos aspectos de qualidade da infraestrutura, segurança e manutenção;
- Revisar as políticas de uso de equipamentos públicos muito restritivos (a exemplo do Jardim Botânico, com amplas áreas de gramado e placas de proibições), visando maior permissividade e melhor aproveitamento do espaço;
- Adequar os equipamentos culturais de modo a atender pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, contemplando acessibilidade em Libras e audiodescrição;
- Promover a melhoria do índice de caminhabilidade por meio da pavimentação, arborização e de mobiliário urbano;
- Rever o uso das praças como terminais de ônibus (Ex.: Tiradentes, Carlos Gomes, Rui Barbosa), considerando que tal uso conflita com a concepção desses espaços como áreas de estar e lazer e promove uma degradação da caminhabilidade e desconexão com o comércio lindeiro;
- Implementar Ruas de Lazer ou Ruas Abertas, restringindo temporariamente o acesso de automóveis e fornecendo material para viabilizar a experimentação de práticas esportivas e atividades de lazer nos finais de semana e feriados, a exemplo do que já ocorreu na Rua Barão do Serro Azul, adequando o fluxo do transporte individual e coletivo motorizado;
- Regulamentar e implementar o uso de vagas-vivas (parklets) na cidade;



- Instalar Praças de Bolso e jardinetes em pequenos vazios urbanos, a exemplo da Praça de Bolso do Ciclista, na região central;
- Implantar espaços para esporte e lazer ao longo dos rios urbanos, de parques lineares e corredores ecológicos, como forma de potencializar a qualidade de vida e incentivar a mobilidade ativa — formato Rio Belém no trecho São Lourenço-Centro Cívico;
- Rever as normas sobre ruído e expedientes de fiscalização de alvarás de empreendimentos de entretenimento e culturais, a fim de garantir maior transparência e segurança jurídica para empreendedores e residentes, e a diversidade de usos na cidade:
- Implantar banheiros e vestiários públicos gratuitos que atendam à população de forma irrestrita e descentralizada na cidade, sobretudo pessoas em situação de rua;
- Disponibilizar bebedouros públicos em praças e parques, garantindo acesso à água potável gratuita a toda a população;
- Promover a diversidade étnica, racial, social e de gênero, bem como a promoção de elementos da fauna e flora locais, na nomeação de equipamentos públicos, ruas e monumentos.





# **4.2.** Cultura

Curitiba é uma cidade reconhecida por sua **diversidade cultural vibrante** e pela rica oferta de eventos que destacam tanto as tradições quanto as inovações artísticas.

No entanto, a gestão cultural enfrenta <u>desafios significativos</u> que precisam ser abordados para garantir o desenvolvimento contínuo e sustentável do setor.

Curitiba tem tudo para ser uma <u>capital mundial da cultura</u>, um grande palco e museu a céu aberto, a exemplo de cidades como Buenos Aires e Berlim.

Com incentivo e vontade política, vamos **ocupar as praças** com festivais e festas populares celebrando as diferentes culturas do Brasil e do mundo, <u>de forma descentralizada</u>, <u>da periferia ao centro</u>. É possível movimentar a economia da cidade garantindo cultura para toda a população.

- Corrigir os valores da Lei de Incentivo à Cultura e aumentar o percentual de incentivo cultural, visando fortalecer a economia deste setor na cidade e a oferta de cultura à população;
- Evitar o contingenciamento do Fundo Municipal de Cultura, com a utilização integral dos recursos e priorização da cultura nas alocações financeiras;
- Rever e simplificar os procedimentos burocráticos para acesso ao fomento e utilização de espaços culturais, garantindo transparência e equidade por meio de um sistema online intuitivo e da criação de canais diretos de comunicação;
- Instituir programas de capacitação de artistas sobre política de fomentos e financiamento, formulação e submissão de projetos em editais públicos, visando à ampliação do acesso a políticas culturais;
- Reorientar o Instituto Curitiba de Arte e Cultura (ICAC) para reforçar o caráter público dos equipamentos culturais e assegurar uma gestão transparente a partir do estabelecimento de consulta pública, da publicação de relatórios periódicos e da difusão de produções artísticas locais;
- Promover a Curitiba Cultural, uma versão atualizada da Virada Cultural, com a proposta de um grande evento mensal cultural nas 10 regionais da cidade, movimentando a economia de diversas áreas e levando cultura gratuita à população;
- Em conjunto com a sociedade civil e a categoria, formular a Lei Municipal da Arte de Rua para regulamentar e incentivar artistas locais, simplificar o processo de autorizações, promover festivais, mapear locais específicos para a arte de rua, disponibilizar espaços públicos para o muralismo e viabilizar parcerias e incentivos fiscais junto à iniciativa privada;

- Fortalecer a cultura do carnaval em Curitiba, com ações como o desfile das escolas campeãs, minicarnavais ao longo do ano junto aos blocos e escolas de samba, bem como mais incentivo ao carnaval alternativo (geek e nerd);
- Garantir estrutura sanitária para as áreas do carnaval de rua (cultura dos blocos) e a organização de formas de financiamento;
- Revisar a legislação sobre o trabalho ambulante em Curitiba, com remoção das restrições de circulação no Centro Histórico;
- Instituir a Casa Lar de Artistas 65+, consistente na viabilização de imóvel adequado com garantia de recursos para manutenção, apoio médico social contínuo e possibilidades para os(as) artistas continuarem criando e fazendo arte para a comunidade;
- Promover parcerias público-privadas para oferecer apoio financeiro a instituições que promovem cultura, como forma de ampliar o acesso gratuito da população a atividades culturais;
- Incentivar a celebração de festas tradicionais de Curitiba e campanhas que divulguem nossos bens culturais, bem como a memória das populações que contribuíram para a construção da cidade;
- Promover manifestações da cultura popular brasileira e também de outras regiões do mundo, da cultura latinoamericana à africana;
- Incentivar a ocupação artístico-cultural dos espaços públicos via oferecimento de incentivos financeiros e logísticos, assim como a facilitação de obtenção de licenças e campanhas de sensibilização;
- Reestruturar os equipamentos culturais de Curitiba a fim de valorizá-los e modernizá-los pormeio do levantamento de suas necessidades, do investimento em infraestrutura e tecnologia e da capacitação dos funcionários(as);
- Promover integração entre Educação, Arte e Cultura com o objetivo de reunir instituições educacionais e agentes culturais; estimular parcerias para projetos conjuntos e criar um calendário anual de atividades culturais e oficinas integrativas;
- Incentivar ações artístico-culturais integradas para melhoria da qualidade de vida com o desenvolvimento de projetos integrados, além de promover debates em espaços culturais e parcerias intersecretariais;
- Criar um sistema de identificação visual padronizado para equipamentos culturais e incluir informações sobre atividades culturais e campanhas de divulgação;
- Fortalecer o cinema e o audiovisual curitibano com a revisão dos critérios de programação, modernização da infraestrutura e promoção de exibições locais;



- Promover espaços culturais nos bairros com gestão comunitária através da identificação de espaços subutilizados; desenvolver programas de gestão comunitária e eventos interbairros;
- Criar um aplicativo de cultura e turismo em parceria entre estes setores a fim de promover as agendas culturais e de turismo do município;
- Reforçar o quadro funcional por meio da contratação e capacitação de funcionários(as) para gestão cultural eficiente via concursos públicos; garantir a formação contínua e a valorização dos(as) profissionais da cultura;
- Implantar lei de fomento para apoio a grupos culturais com critérios transparentes e ampla divulgação para participação da sociedade civil;
- Promover ações culturais com calendário descentralizado, valorizando a produção de cada regional, com parcerias locais e garantia de recursos para equidade de acesso;
- Efetivar a modernização tecnológica do setor, com investimento em tecnologia avançada, manutenção e atualização dos equipamentos, e capacitação tecnológica;
- Promover a capacitação e participação da Guarda Municipal para atendimento em eventos culturais com políticas de segurança;
- Oferecer cursos e formação nas mais variadas áreas culturais para valorização das culturas locais e formação profissional nas 10 regionais da cidade;
- Mapear artistas locais e Pontos de Cultura por meio da criação de uma plataforma online de cadastro para efetivação de políticas inclusivas;
- Instituir o Passaporte Cultural, um programa de benefícios para participação em eventos culturais com parcerias para equipamentos culturais, promoção e adesão da população;

- Retomar as Conferências Municipais de Cultura, valorizando a construção coletiva das políticas públicas do setor na cidade;
- Implementar o Sistema Municipal de Cultura;
- Assegurar transparência na aplicação dos recursos para o setor cultural;
- Fortalecer festivais de música, teatro, cinema, dança, dentre outras linguagens artísticas;
- Implementar ações afirmativas nos editais públicos de arte e cultura;
- Democratizar o acesso de agentes culturais ao Mecenato Subsidiado e garantir a correção de valores destinados ao edital, bem como mecanismos de fiscalização do processo de captação destes recursos;
- Revisar a estrutura funcional e o plano de cargos e carreiras que institui concurso público para o quadro de servidores(as);
- Fortalecer e ampliar as equipes qualificadas na gestão e manutenção de espaços culturais em toda a cidade;
- Descentralizar os locais de execução das políticas públicas de cultura, valorizando os bairros e as comunidades mais afastadas do centro;
- Promover uma maior integração das políticas culturais com as políticas de Esporte e lazer, Educação, Saúde e Segurança, otimizando o uso dos equipamentos públicos;
- Por meio da Fundação Cultural de Curitiba, realizar oficinas de elaboração de projetos culturais voltadas a novos(as) artistas e empreendedores(as), em especial àqueles(as) provenientes de regiões periféricas;
- Ampliar o programa de formação de plateia em conjunto com os setores de Educação e Turismo;
- Realizar cursos de aperfeiçoamento destinados a artistas profissionais, com o objetivo de tornar Curitiba um corredor de comunicação e integração nacional na área cultural;
- Assegurar a criação, promoção e difusão de ações voltadas à Cultura na infância e juventude;
- Incentivar a ampliação da produção do setor audiovisual curitibano e regional;
- Apoiar iniciativas culturais independentes, como teatro de bonecos, teatro de sombras, performances circenses, entre outras manifestações artísticas;

- Promover ações que fortaleçam a diversidade cultural, comunidades tradicionais, povos originários, culturas populares, LGBTI+, movimientos étnico-culturais, grupos emergentes da cultura hip hop e artistas de rua;
- Fazer cumprir e fiscalizar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) – Lei nº 15.000/2016.



# 4.3. Esporte e lazer

As práticas esportivas e de lazer são dimensões socioculturais essenciais para o <u>equilíbrio da vida individual e o convívio em sociedade</u> dentro de um ecossistema complexo e dinâmico, **da infância à terceira idade, do centro à periferia.** 

Investir na oferta dessas atividades é melhorar a saúde e a qualidade de vida das pessoas, reduzindo também custos e a demanda da saúde pública.

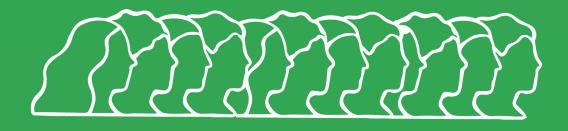
Queremos transformar Curitiba em uma cidade onde as experiências de esporte e lazer **sejam acessíveis e significativas**, promotoras da cidadania e do bem-estar da população, além de <u>integradas a outras políticas públicas</u> de Educação, Saúde, Mobilidade, Cultura e Meio Ambiente, **contemplando a inclusão e a acessibilidade.** 

- Democratizar a distribuição dos espaços de esporte e lazer na cidade, pois atualmente a oferta é desigual entre regiões e bairros, com prejuízo aos locais periféricos, onde reside a maioria da população;
- Selecionar equipamentos municipais de esporte para torná-los de excelência, conectados à rede de transporte coletivo por linhas especiais ou pontos de parada regulares, e possibilitar o acesso de todas as pessoas a equipamentos melhores, instalados em pontos estratégicos da cidade;
- Integrar ações e eventos das áreas de Cultura, Esporte e Lazer, promovendo sinergia entre os calendários e dando preferência à contratação de recursos humanos, ao invés de grandes equipamentos materiais para mediar as experiências de lazer nos pequenos e médios espaços de lazer como praças, Ruas da Cidadania e Ruas de Lazer nos bairros;



- Criar incentivos à prática esportiva para pessoas fora da idade escolar, com oportunidades de profissionalização e capacitação para atividades remuneradas associadas ao esporte;
- Em parcerias com instituições e órgãos da Cultura, do Esporte e Lazer, aumentar o tempo de permanência das crianças e adolescentes no contraturno, trazendo projetos de inclusão esportiva e cultural para dentro das escolas;
- Desenvolver Cadastro Único de crianças, jovens e adultos com deficiências para a promoção do paradesporto;
- Estruturar espaços e efetivar um programa de esportes para pessoas com deficiência, de modo a contemplar diferentes atividades paradesportivas e faixas etárias;
- Incentivar a busca ativa de talentos de atividades paradesportivas e desenvolver cadastro único de crianças, jovens e adultos com deficiências, para a promoção do paradesporto;
- Desenvolver protocolos de identificação e acompanhamento do desenvolvimento físico/cognitivo/social/cultural para a promoção de talentos esportivos nas escolas;
- Garantir a limpeza, manutenção e iluminação adequada dos espaços públicos de esporte e lazer já existentes, com participação ativa das regionais e associações de moradores na gestão dos espaços;
- Estabelecer circuitos de longa distância para treinamento de ciclismo, corrida, patinação e outros esportes em vias, dias e horários específicos;
- Mapear e estruturar novos locais para práticas pouco exploradas, em colaboração com usuários(as). Exemplos: escalada nas pedreiras, longboard nas ladeiras, ruas do grau (manobras de bicicleta), locais seguros para soltar pipa etc;
- Mapear espaços potenciais e implementar um programa de qualificação de praças, ruas e pistas para skate, BMX, parkour etc.;
- Ampliar o repertório de práticas da cultura corporal do movimento a partir da diversidade dos modelos de espaços e equipamentos distribuídos nas praças e parques de Curitiba, para além das quadras esportivas tradicionais (futebol, voleibol, basquetebol, handebol);
- Investir na criação de competições esportivas comunitárias e escolares, fomentando a utilização dos espaços públicos, inclusive com incentivos fiscais para pessoas físicas e empresas que apoiem os eventos;
- Aumentar a acessibilidade aos equipamentos municipais de esporte por meio de linhas especiais do transporte coletivo;
- Criar os Jogos Abertos Municipais, com seletivas por bairros/regionais, apoio de empresas locais e promoção de eventos descentralizados pela cidade durante o ano todo.





# CURITIBA QUE CUIDA



# da gente e do meio ambiente

# UMA CIDADE QUE CUIDA: POLÍTICAS SOCIAIS, DIREITOS **HUMANOS E SERVIÇOS** PÚBLICOS ESSENCÍAIS

Uma das principais marcas da atual gestão da Prefeitura, e que mais tem impactado a população de Curitiba, é o desmonte na qualidade dos serviços públicos.

Enquanto a Prefeitura aumenta seu faturamento ano a ano e gasta milhões em propaganda para dizer que tem "zelo" pela cidade, a população e servidores(as) estão sofrendo com a falta de cuidado.

Para enfrentar a gravíssima crise que vivemos hoje na Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança e outros serviços essenciais, o primeiro passo é investir na valorização e qualificação dos(as) servidores públicos, bem como na contratação urgente de mais profissionais.

Apartirdisso, colocarem prática um plano emergencial elaborado junto a servidores e especialistas para diminuir as filas, melhorar a qualidade dos serviços e resgatar a cidade do descaso dos últimos anos.

Mais do que zelo e propaganda, a população de Curitiba precisa de cuidado. É assim que vamos tornar nossa cidade segura para crianças, mulheres, pessoas idosas e com deficiência, porque uma cidade assim é boa para todas as pessoas.



# 5.1. Educação

Por muito tempo, Curitiba foi considerada uma referência nacional em Educação, liderando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com políticas inovadoras e inclusivas. Porém, o descaso dos últimos anos colocou Curitiba em uma grande crise: a cidade caiu duas posições no ranking, tem mais de 10 mil crianças na fila de espera por creches, servidores(as) sobrecarregados e pais e alunos insatisfeitos, testemunhou o fechamento de instituições conveniadas e enfrenta problemas graves na Educação Especial.

Para tornar Curitiba novamente uma cidade educadora, propomos um amplo plano estratégico de curto, médio e longo prazo, elaborado junto a servidores(as), sindicatos, especialistas e a comunidade escolar, com base em experiências de sucesso de todo o país e do mundo.

A meta é **zerar a fila de crianças fora da escola** e colocar Curitiba novamente no topo do ranking do Ideb por meio do <u>investimento em novas escolas nas áreas mais vulneráveis</u>, em Educação Integral e Especial, parcerias para a reabertura de creches conveniadas que foram fechadas, dentre muitas outras iniciativas para fazer de Curitiba uma cidade inteligente de verdade.



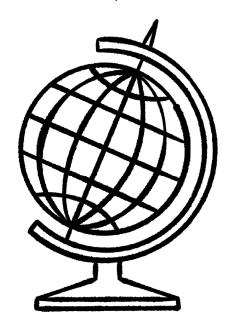
- Retomar o Projeto Equidade, que destina mais recursos para escolas com piores índices, contemplando reformas de estrutura, formação continuada para professores e envolvimento e acompanhamento das famílias dos estudantes;
- Reforçar a função social da escola nas periferias, com projeto de abertura das unidades nos finais de semana para uso de equipamentos como bibliotecas e áreas de lazer pela população;
- Projetar novas escolas integrais e restaurar existentes a partir da concepção da sustentabilidade e da inclusão, planejadas arquitetonicamente com espaços para descanso e atividades lúdicas e esportivas, contribuindo também para a diminuição dos índices de violência nessas regiões;
- Desenvolver estratégias para ampliação progressiva do número de vagas na educação em tempo integral, em especial nas regiões da cidade com maior vulnerabilidade socioeconômica;
- Investir na revitalização e ampliação de espaços visando à acessibilidade de pessoas com deficiência, com padrão arquitetônico e mobiliário inclusivo para escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e demais equipamentos;

- Aumentar o tempo de permanência das crianças e adolescentes nas escolas por meio de projetos de contraturno e/ou ampliação do tempo integral via parcerias intersetoriais;
- Ampliar e fazer a manutenção de recursos tecnológicos que permitam o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação em diferentes espaços educativos, contemplando a acessibilidade a pessoas com deficiências e considerando a formação continuada para o uso pedagógico de tais recursos;
- Aprimorar a infraestrutura de conexão de internet sem fio nos espaços educativos da Rede Municipal de Ensino, visando ao uso de dispositivos móveis para finalidades pedagógicas.
- Restabelecer o diálogo com os(as) profissionais de educação para revisão dos planos de carreiras, visando à valorização profissional, com aumento do valor do salário inicial do magistério;
- Adequar o contingente de profissionais da Educação no município conforme o número de crianças atendidas e os parâmetros do Plano Municipal de Educação;
- Elaborar, em diálogo com as entidades sindicais, um programa de Saúde Mental dos(as) professores(as) e educadores(as), com previsão de suporte psicológico e médico;
- Estruturar coletivamente o plano de formação continuada para o fortalecimento da ação docente, incluindo fomento à pesquisa stricto sensu;
- Estruturar e aumentar a equipe especializada para inclusão de crianças com deficiência no contexto escolar, com educadores(as), psicopedagogos(as), terapeutas ocupacionais e psicólogos(as), estabelecendo patamares mínimos e a realização de concurso focalizado com vagas permanentes;



- Promover a capacitação de professores(as) e educadores(as) sobre metodologias educativas inclusivas e o trato de crianças com deficiência, notadamente com Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- Qualificar os(as) profissionais da educação para acompanhamento pedagógico de crianças e jovens com transtorno de aprendizagem, visando ao desenvolvimento integral dos(as) educandos(as);
- Ampliar e construir parcerias com órgãos de saúde para contemplar atendimentos clínicos, psicológicos, terapêuticos ocupacionais e fonoaudiológicos nos centros municipais de Atendimento Educacional Especializado e implementar estratégias para reduzir o tempo de espera por atendimentos para diagnóstico;
- Estabelecer o ensino e a difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do sistema de escrita Braille para a Rede Municipal de Ensino;
- Promover parcerias entre instituições e os órgãos do setor da Cultura, do Esporte e Lazer para projetos de inclusão esportiva e cultural nas escolas;
- Implantar sistema de segurança e monitoramento, e melhorar a frota de ônibus do Sistema de Transporte para a Educação Especial (SITES) para maior conforto e segurança dos(as) usuários(as);
- Criar um setor de atendimento à superdotação associado à Secretaria de Educação, para diagnosticar e trabalhar formas de inserção dessas crianças com grande potencial para colaborar nos campos da Ciência, Arte, Esporte e Pesquisa;
- Rever e qualificar os contratos da merenda escolar, fortalecendo parcerias com produtores para o fornecimento de alimento orgânico e livre de veneno em todas as escolas da cidade;
- Envolver estudantes na manutenção do paisagismo da escola, assim como na criação de hortas e projetos para compostagem de resíduos orgânicos produzidos na instituição;
- Incentivar a criação de parquinhos feitos à mão, gibiteca, biblioteca-container e outros espaços da escola, mas também comunitários, com inserções culturais e plena acessibilidade;
- Estabelecer um fluxo de regularização específico para escolas com linhas pedagógicas diferentes da tradicional, como a Construtivista, Democrática, Freireana, Montessoriana e Waldorf;
- Promover a inserção da História e culturas indígena e africana no currículo escolar, conforme previsto nas leis nº 10.639/03 e 11.645/08;
- Viabilizar o conteúdo da economia solidária nas escolas municipais de Curitiba, conforme prevê a Lei Municipal nº 14.786/16;
- Buscar a universalização da pré-escola, efetivando o atendimento às crianças de 4 e 5 anos, sem antecipação da escolarização;

- Reestruturar o cadastro de inscrição nas creches com maior lisura e sob critérios de transparência, territorialidade e intersetorialidade;
- Rever o contrato das instituições conveniadas (CEIs);
- Mapear a capacidade ociosa do espaço físico de CMEIs, CEIs e Escolas Municipais existentes, e a oferta de novas vagas em instituições operantes com acompanhamento de acréscimo de equipe;
- Promover diálogo com as creches comunitárias fechadas nos últimos anos, com vistas à sua reabertura;
- Construir novas unidades de CMEIs, com prioridade sobre áreas de vulnerabilidade social e maior demanda de vagas;
- Realizar o mapeamento e aproveitamento de imóveis públicos e privados com capacidade para instalação de creches;
- Garantir a abertura de concurso para servidoras da Educação Infantil de forma imediata para suprir demanda de equipe dos CMEIs operantes, e a formação de cadastro de reserva para convocação de forma coordenada com a abertura de novas vagas nos CMEIs;
- Instituir auxílio-financeiro no valor de R\$ 300,00 reais por mês, por criança, destinado a famílias (inscritas no CadÚnico, com renda por pessoa de até meio salário-mínimo nacional; ou de até R\$1.000 reais no caso de filhos PCD) que estejam aguardando vaga de creches. Trata-se de um benefício provisório associado à meta de zerar a fila das creches. O benefício terá por base o dado da Secretaria de Educação quanto ao cadastro das vagas da Educação Infantil, mas será operacionalizado nos CRAS, a partir do Sistema Único de Assistência Social, com verba própria destinada ao benefício;
- Aprimorar a Educação para Jovens e Adultos (EJA), ampliar as atividades e assegurar acompanhamento e atendimento monitorado aos filhos(as) de estudantes do programa no mesmo local das aulas das mães, pais e responsáveis, bem como espaços para acolher crianças/filhos desses estudantes (Parceria entre FAS, Saúde e FCC);



- Estabelecer uma política de redução do analfabetismo, ampliando o acesso, a permanência e continuidade na escolarização de jovens e adultos;
- Integrar a Educação de Jovens e Adultos à educação profissional, de acordo com as características das pessoas atendidas, em parceria com entidades do setor privado e instituições de ensino superior;
- Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos em três turnos, conforme as necessidades do público-alvo e das regiões com demanda diagnosticada.

# **5.2. Saúde**

Atualmente, a Saúde em Curitiba encontra-se à beira de um colapso. Alguns dos principais hospitais da cidade estão operando em sua capacidade máxima, com falta de leitos de UTI. As nove UPAs e as 109 UBSs da capital também **enfrentam superlotação e falta de profissionais.** 

A fila por consultas no SUS já chega a mais de <u>200 mil pessoas</u>, com tempo de espera de meses ou até anos, agravando seus quadros de saúde pela falta de tratamento, com casos inclusive de pessoas que perderam a vida aguardando atendimento.

É urgente uma grande <u>reforma no setor da Saúde de Curitiba</u>, com a **valorização e contratação** de mais servidores(as), de forma emergencial e via concurso público, além de investimento na saúde da família e dos agentes de saúde, bem como ações e estratégias ousadas de prevenção para evitar que as pessoas precisem ir às unidades de atendimento.

- Promover o cuidado à saúde, de forma acessível e efetiva, com direito a todas as pessoas e valorizando, pela equidade, quem mais precisa;
- Retomare ampliar equipamentos presenciais e de profissionais capacitados (as)
  para atendimentos efetivos em saúde coletiva, em seus diferentes níveis de
  promoção e prevenção;
- Estabelecer o atendimento aos sábados nos postos de saúde para facilitar o acesso da população que trabalha durante a semana;
- Reorganizar o procedimento de agendamentos e a acessibilidade do aplicativo de saúde;
- Implementar práticas e condições efetivas para cuidado em Saúde Mental de acordo com a Política Nacional de Saúde Mental;
- Valorizar os diversos profissionais de saúde que participam do cuidado integral e inclusivo na área, para as diferentes formas de sofrimento humano;
- Extinguir as contratações precarizadas via processos seletivos temporários para Saúde e criar um plano de carreira para os(as) trabalhadores da saúde contratados pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde (FEAS);
- Garantir a reabertura de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na região central da cidade;
- Ampliar e fortalecer as equipes do programa de Agentes Comunitários de Saúde para promoção e detecção precoce de problemas de saúde da comunidade;

- Corrigir a distorção executada nos Centros de Atenção Psicossocial com a reimplantação de CAPS Ad, a transformação dos CAPS II em CAPS III e a criação de Unidades de Acolhimento Transitória, tal qual previsto na Rede de Atenção Psicossocial;
- Implantar espaços de discussão técnica entre as equipes de saúde de seus mais diversos níveis para garantir acompanhamento transversal do sujeito e a construção e fortalecimento de parcerias comunitárias;
- Apoiar a construção e fortalecimento de coletivos temáticos que estimulem o cuidado em Saúde;
- Abrir as Unidades Básicas de Saúde à comunidade para realizar atividades de educação em saúde, trazendo a perspectiva da promoção da saúde e prevenção de seus agravos;
- Garantir o acesso gratuito a medicamentos nacionais ou importados à base de Cannabis Sativa no SUS de Curitiba, mediante autorização judicial ou aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a pacientes com a devida prescrição e laudo médico. Ademais, promover parcerias entre universidades, associações e outras entidades para incentivar a pesquisa e ampliar o acesso ao remédio;
- Articular recursos e viabilizar a instalação de equipes mínimas de Saúde Mental junto às Unidades Básicas de Saúde;
- Ampliar a Estratégia de Saúde da Família, especialmente no caso de territórios mais vulneráveis;
- Estabelecer protocolos intersetoriais de atenção à Saúde Mental infantojuvenil, entre a Saúde e Educação;
- Viabilizar a criação de Centros de Convivência e Cooperativa (CECCOs) articulados com diferentes níveis de atenção à saúde, conforme previsto na Portaria 3.088/2013;
- Implementar a Incubadora Municipal de Cooperativas Sociais e iniciativas de geração de trabalho e renda para pessoas em tratamento de Saúde Mental;
- Investir e ampliar as ações das equipes do Consultório na Rua, garantindo acesso à saúde das populações em situação de rua;
- Garantir a "tarifa zero" ou ações equivalentes de acesso às pessoas que estão submetidas a tratamentos contínuos;
- Ampliar e facilitar a oferta de estágios dentro dos equipamentos municipais de saúde;
- Ampliar a oferta de espaços de cuidado, formação continuada e supervisões técnicas aos servidores da saúde no município;
- Favorecer a intersetorialidade por meio de ações de promoção à saúde junto a outras Secretarias;



- Implementar Unidades de Acolhimento conforme previstas pela legislação para cuidado em regime residencial transitório;
- Implementar unidades ou leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais;
- Implementar e fortalecer projetos de inclusão social de pessoas em sofrimento mental e populações em vulnerabilidade social;
- Retomar a estratégia do Apoio Institucional para fortalecer o cuidado comunitário na Saúde;
- Fomentar e apoiar projetos de cuidado e moradia para a população em situação de rua;
- Implementar Grupos de Diálogo Aberto, Ouvidores de Vozes e de Gestão Autônoma da Medicação nos serviços de Saúde Mental do município;
- Implementar um programa municipal de prevenção ao suicídio;
- Implementar um programa municipal de cuidado de pessoas com transtorno de acumulação;
- Implementar um programa municipal de atenção às primeiras crises psiquiátricas;
- Implementar o dispositivo do Acompanhamento Terapêutico em todos os serviços de Saúde Mental do município;
- Incentivar a criação de atividades baseadas no paradigma do Recovery, tanto nas Unidades Básicas de Saúde quanto nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Curitiba;
- Mudar o caráter das Residências Terapêuticas para que voltem a ser espaços de liberdade e moradia, conforme prevê a Política Nacional de Saúde Mental;
- Fortalecer a Atenção Primária em Saúde, estruturando unidades e ampliando equipes com contratações dignas e planos de carreira para os(as) trabalhadores(as) da Fundação Estatal de Atenção à Saúde (FEAS);
- Garantir a reabertura das maternidades Victor Ferreira do Amaral e Bairro Novo, para assegurar o parto humanizado e reduzir a superlotação de leitos hospitalares;
- Reverter o modelo de contratação, evitando a terceirização de serviços;
- Implementar um programa de formação continuada e atualização profissional para servidores(as) da saúde pública com ênfase em humanização;
- Fortalecer os Conselhos de Saúde locais;
- Implementaruma gestão que promova a escuta qualificada dos (as) usuários (as) dos serviços de saúde;
- Promover a ampliação das vagas para atendimento por especialistas e, assim, garantir o direito ao serviço.

# **5.3.** *A*

# 5.3. Assistência Social

A Assistência Social é uma função fundamental do governo, pois parte do compromisso coletivo da nossa sociedade com o cuidado e amparo das pessoas e populações vulneráveis.

Em Curitiba, um dos problemas mais evidentes nesta seara, e um grande indicador do trato social da Prefeitura, é o <u>cuidado dispensado à população em situação de</u> rua.

Segundo dados oficiais, existem hoje **3,5 mil pessoas** nessa situação na capital, mais do que o dobro de 2017. Um número que, segundo levantamento das entidades Mãos Invisíveis e Rede Curitiba Climática, deve ser muito maior.

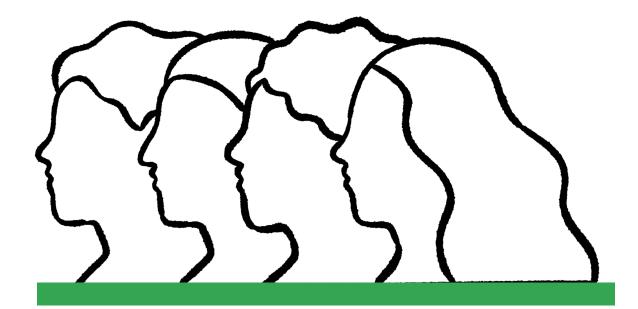
O cenário é reflexo da total **falta de sensibilidade da atual gestão** para lidar com essa população, com <u>ações muitas vezes higienistas e imposições</u> em seus abrigos, sem políticas adequadas de acolhimento e reinserção.

O trato humanitário para com a população em situação de rua e a formulação de políticas efetivas de forma dialógica com a sociedade civil são dois grandes compromissos da nossa plataforma para a assistência social. Propomos ainda o fortalecimento da Assistência Social no município com capacitação e valorização do quadro funcional.

- Melhorar as estruturas físicas da Assistência Social e da Saúde, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centros Pop), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros acolhimentos institucionais;
- Elaborar um censo da população em situação de rua em Curitiba para quantificar e segmentar os diferentes públicos em parceria com universidades e instituto de pesquisa;
- A partir do censo, elaborar programa de atendimento e criação de estruturas diferentes e específicas para o tratamento de cada "categoria" da população em situação de rua (pessoas com dependência química, com doenças crônicas, famílias desabrigadas, migrantes etc.), em processo participativo com a sociedade civil e, em especial, com os movimentos sociais da população em situação de rua;
- Produzir campanhas que enfrentem o preconceito e a violência contra a população em situação de rua, e conscientizem a população em geral e servidores(as) públicos(as) a respeito do tema;

- Incentivar cooperativas sociais compostas por trabalhadores em situação de rua;
- Ofertar às pessoas em situação de rua abrigo, alimentação, água potável, locais adequados para higiene pessoal, guarda-pertences, acesso à qualificação, emprego e renda;
- Promover ações de alfabetização às pessoas em situação de rua em parceria com a Educação;
- Desenvolver um programa que garanta moradia social para população em situação de rua aos moldes do Programa Moradia Primeiro (Ex.: Housing First, de Nova Iorque) associado ao acompanhamento assistencial e de reinserção social;
- Estudar as possibilidades de aproveitamento e/ou reabertura do prédio de Socorro aos Necessitados na Rua João Negrão para atendimentos da Assistência Social:
- Estudar a reestruturação da Fundação de Ação Social (FAS) e/ou sua conversão em Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Promover o chamamento de profissionais e novos concursos para contratação de equipe técnica, bem como contratação através de PSS emergenciais;
- Estabelecer uma política de assistência à saúde mental e bem-estar dos(as) trabalhadores(as);
- Restabelecer a função de Educador Social;
- Retomar a educação permanente para os(as) trabalhadores(as) da Assistência Social do município;
- Estruturar e desenvolver as competências das equipes de referência às funções da Assistência Social, às demandas dos territórios, e apoiá-las na integração de serviços e benefícios socioassistenciais;
- Valorizar a equipe do quadro de servidores(as) qualificados(as) da Fundação de Ação Social (FAS) para ocupar cargos de gestão central, regional e local, com a prerrogativa de equidade de gênero, raça e população LGBTI+;
- Incentivar a criação dos conselhos locais de Assistência Social como estratégia de fortalecimento dos territórios;
- Adequar os serviços de proteção às necessidades dos territórios e reforçar as redes de proteção nos territórios;
- Promover atendimento qualificado e estruturas adequadas para crianças e adolescentes em desabrigo;
- Fortalecer o programa Jovem Aprendiz por meio de ações intersetoriais;
- Aperfeiçoar o Sistema Socioeducativo em Meio Aberto, priorizando o envolvimento familiar;

- Desenvolver estratégias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes de modo intersetorial com a Saúde e a Educação;
- Priorizar a qualificação profissional de adolescentes em situação de exploração sexual;
- Combater o trabalho infantil com oportunidades de renda aos responsáveis;
- Fortalecer a dimensão protetiva das famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social por meio da inclusão em serviços e benefícios socioassistenciais;
- Ampliar as residências com gestão compartilhada para adolescentes egressos dos acolhimentos institucionais;
- Fortalecer o Programa Família Acolhedora;



- Implementar Centros de Convivência Regionais para pessoas idosas com a presença de equipe mínima contendo profissionais da Assistência Social, Terapia Ocupacional e Psicologia;
- Mapear pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de risco para acompanhamento social;
- Implementar novas modalidades de acolhimento coletivo e familiar em respeito às especificidades da população migrante, refugiada e apátrida;
- Implementar Centros Dia para pessoas idosas e para pessoas com deficiência;
- Estabelecer critérios para inclusão da rede de atendimento do terceiro setor prestar serviços ao município, de modo a garantir o atendimento adequado para cada território;

- Integrar o atendimento da Assistência às demais políticas municipais e estaduais, sobretudo à política de Saúde Mental;
- Assegurar a atuação conjunta com a política municipal de segurança alimentar e nutricional, ampliando e diversificando o atendimento prestado conforme as necessidades da população, em especial os públicos mais vulneráveis;
- Buscar parcerias com o setor privado para fomento das ações socioassistenciais;
- Ampliar a atuação dos Liceus de Ofício para centros de referência em formação para economia solidária, economia criativa, economia circular e outros modelos econômicos;
- Realizar pesquisas que permitam conhecer o público dos Liceus de Ofício para subsidiar a produção de políticas públicas e que contemplem o universo de pessoas a serem atendidas.



# 🏅 5.4. Segurança Pública

A Segurança Pública costuma ser a preocupação social mais citada pela população curitibana nas consultas públicas realizadas pela Prefeitura.

Trata-se de uma área que <u>vai muito além de policiamento</u>, e que demanda uma **intervenção integrada com diversas outras políticas** — atendimento de saúde, infraestrutura das escolas, vagas em creches, espaços públicos para cultura e para a prática de esporte e lazer.

Embora o senso comum associe a Segurança Pública à repressão do crime, o trabalho do Poder Público pode dar uma resposta muito mais eficaz a esse problema social se estiver focado na prevenção da criminalidade e na melhoria da **qualidade de vida da população**.

# PROPOSTAS:

Reativar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), com a finalidade de planejar, criar, implementar e gerenciar políticas públicas fortemente voltadas à elevação dos indicadores sociais das áreas vulneráveis do município. Sob a presidência direta e ativa do Prefeito, ele reunirá todas as secretarias municipais das áreas-meio, bem como os das áreas-fim ligadas à questão social. Os problemas serão detectados, pautados e enfrentados de maneira integrada por todos os setores envolvidos. Este critério norteará a definição dos locais prioritários e das ações a serem adotadas para assegurar uma vida melhor a todos que ali vivem e, principalmente, um futuro digno e cidadão a seus jovens;

- Investir na Guarda Civil por meio da valorização da carreira e recomposição do quadro, além de oferecer apoio psicológico, de infraestrutura e no fortalecimento cultural de seu caráter civil;
- Fomentar a formação de guardas municipais na colaboração com a polícia para a preservação das cenas de crime, elemento essencial para elucidação das mortes violentas;
- Criar um plano de carreira estruturado para a Guarda Civil, que inclua critérios claros para promoções, baseados em mérito, tempo de serviço, formação acadêmica continuada e desempenho;
- Adquirir equipamentos de comunicação, armamento não-letal, monitoramento e deslocamento que permitam à Guarda Civil agir de forma mais segura e eficaz;
- Criar uma cultura de paz, em que as mortes violentas sejam tratadas publicamente como o tipo mais grave de criminalidade a ser enfrentado e prevenido, e que essa compreensão permeie todas as políticas públicas da Prefeitura;
- Investir em campanhas de desarmamento civil e troca de armamento por produtos (ex: gêneros alimentícios);
- Ativar o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Segurança de Curitiba (Lei nº 14.739/2015);
- Estabelecer diálogo institucional para a criação de um Comitê de Integração de Segurança composto por representantes da Guarda Municipal de Curitiba, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, para planejar e coordenar operações conjuntas;
- Implementar um sistema de compartilhamento de informações e inteligência em tempo real entre as diversas forças de segurança;
- Investir e qualificar a inteligência da Guarda Municipal de Curitiba através do uso mais intensivo da tecnologia da informação e de treinamentos em elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, de forma a valorizar a experiência dos(as) agentes de segurança;
- Buscar a integração dos Boletins de Registro de Ocorrências entre a Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil;
- Implantar policiamento comunitário de proximidade, em que as equipes de guardas municipais patrulharão o entorno dos equipamentos e complexos públicos, estendendo este monitoramento ao complexo comercial local, com o objetivo de promover segurança pública e viária à comunidade local e reforçar a confiança entre agentes de segurança e a sociedade;
- Reativar as equipes da Guarda Municipal que realizam o patrulhamento dos eixos rodoviários da cidade, visando aumentar a proteção da população dentro do transporte coletivo;
- Intensificar a presença da Guarda Civil no transporte público para aumentar a segurança dos passageiros e principalmente das passageiras;

- Intensificar ações contra a prática de racha e "Operações Lei Seca", dentre outras ações de segurança viária;
- Reestruturar a Patrulha Escolar da Guarda Municipal, garantindo a permanência de Guardas Municipais nos horários de entrada e saída das crianças da rede municipal de ensino, e, nos demais horários, o patrulhamento no entorno dos equipamentos públicos e complexos educacionais;
- Reestruturar o Programa Guarda Mirim da Guarda Municipal;
- Reestruturar a Patrulha Maria da Penha, com aumento das equipes, contratação de seguro e serviço de manutenção para a frota própria destinada ao serviço, com o objetivo de prover maior proteção, prevenção e monitoramento das mulheres vítimas de violência doméstica e com medidas protetivas de urgência aplicadas pelo Poder Judiciário;
- Fortalecer os serviços de atendimento às vítimas de violência sexual, garantindo a materialidade das provas que permitem a identificação do agressor através da coleta de materiais de exames periciais e laudos, bem como ações intersetoriais;
- Promover estratégias para o adequado monitoramento por meio do dispositivo de segurança preventiva "botão do pânico";
- Fortalecer o patrulhamento a pé em regiões com concentração de comércio de rua durante o dia e aumentar a contingente de patrulhamento noturno por rondas de veículos motorizados;
- Reestruturar a Ciclopatrulha da Guarda Municipal a fim de aumentar a segurança nos bairros, parques, ciclovias, áreas de lazer e pontos turísticos da cidade.



# 3 5.5. Direitos Humanos e Diversidade

Uma <u>sociedade justa</u> é aquela que atende às necessidades de **toda a população**. Propomos uma gestão na qual a igualdade de gênero, a luta em defesa das minorias, de migrantes e pessoas refugiadas, **o respeito à diversidade**, **a proteção social**, dentre outras medidas, assegurem os <u>direitos humanos de forma ampla</u> em nossa capital.

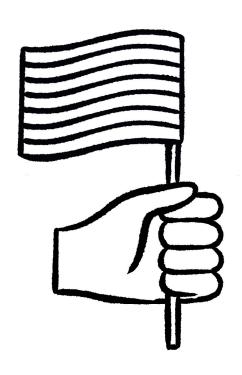
- Criar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (consultar tópico 1.3.);
- Estimular na escolas municipais o conhecimento das crianças e adolescentes sobre a educação em direitos humanos, que envolve obrigações e direitos a uma vida em sociedade com liberdade, justiça e eliminação a qualquer forma de discriminação;

- Recriar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (consultar tópico 1.3.);
- Desenvolver programa intersetorial para inclusão no mercado de trabalho e qualificação profissional de mulheres vítimas de violências;
- Promover o acesso a produtos de higiene menstrual a meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade econômica;
- Defender a autonomia da gestante na escolha da forma de nascimento de seu bebê como um direito da mulher, que deve ser estimulado pelos(as) profissionais de saúde;
- Implementar uma casa de acolhimento para mulheres gestantes em situação de rua com propósito de cuidado, proteção e formação adequada, para que possam superar esta situação;
- Instituir Fóruns e Comitês especializados de Políticas para as Mulheres, visando incentivar a governança participativa e a conscientização da importância do tema das políticas para mulheres;
- Elevar Curitiba a "Cidade Amiga das Mulheres" por meio da implantação de um colegiado de gestoras municipais de todas as secretarias e órgãos mais importantes, visando ao planejamento do orçamento público com enfoque de gênero;
- Promover cursos de especialização para servidoras e outras profissionais que atuam na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das propostas do plano de governo e das políticas para as mulheres, com base no "Women and Public Policy Program" da Universidade de Harvard;
- Implementar centros regionalizados de atenção às mulheres em situação de violência, com atendimento emergencial, intersetorial e interinstitucional;
- Requalificar as ações da Casa da Mulher Brasileira (CMB) por meio da ampliação e descentralização de unidades, além de qualificação da equipe da CMB sob a responsabilidade do município, em especial nas áreas de serviço social, psicologia, gestão administrativa, recepção e Guarda Municipal;





- Implantar sistema de dados informatizados na Casa da Mulher Brasileira, importante para a integração de sistemas que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Implantar na Casa da Mulher Brasileira um Núcleo do Instituto Médico Legal para coleta de evidências e provas para identificação de agressores, no sentido de minimizar a revitimização de mulheres que já sofreram violência;
- Instituir atendimento a homens autores de violência de gênero visando à recuperação e prevenção de reincidência de casos mediante acompanhamento multidisciplinar, conforme previsto na Lei Maria da Penha (nº 11.34/2006);
- Realizar pesquisa quantitativa e qualitativa dos processos que envolvam o crime de feminicídio, por meio de parcerias com universidades, objetivando elaborar formas de intervenção para prevenir e evitar esses crimes;
- Requalificar e ampliar a Casa de Passagem e Cultura Indígena de Curitiba;
- Qualificar e capacitar os(as) servidores(as) públicos para o atendimento da Casa de Passagem para pessoas indígenas, tanto aquelas que vivem em Curitiba como as que estão em trânsito;
- Promover a inserção da História e das culturas indígena e africana no currículo escolar, conforme previsto nas Leis 10.639/03 e 11.645/08;
- Assegurar a realização do Mês da Consciência Negra, garantindo o protagonismo de grupos e entidades de defesa dos direitos da população e da cultura negra;
- Promover ações de respeito à pluralidade religiosa conforme determina a Lei nº 12.288/10, visando garantir liberdade de crença e proteção aos locais de cultos religiosos;
- Reestruturar a Política de Direitos Humanos e Igualdade Racial para garantir a realização das ações previstas no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-racial;
- Reconhecer as especificidades para o atendimento qualificado dos povos originários, ciganos e afrodescendentes;
- Estimular o afroempreendedorismo, por meio de formação em gestão financeira, marketing, vendas, entre outras;
- Incentivar encontros de afroempreendedores(as) como feiras, workshops, minicursos, entre outros (ex.: Feira Preta de SP e Movimento Black Money);
- Facilitar o acesso a empréstimos e financiamentos a empreendedores(as) negros(as);
- Fomentar a inclusão no mercado de trabalho e ocupação de cargos de gestão da população negra;



- Criar a Casa Gilda, reunindo serviços para cidadania LGBTI+, bem como o abrigamento para pessoas LGBTI+ em situação de extrema vulnerabilidade;
- Promover campanhas de conscientização contra a LGBTI+fobia;
- Propor medidas contra atos de intolerância à população LGBTI+ nos estabelecimentos comerciais, aos moldes da lei nº 17.301/20 do município de São Paulo;
- Qualificar os(as) profissionais que atuam em diferentes setores dos serviços públicos, em especial da Segurança, Assistência Social e Saúde, sobre os direitos da população LGBTI+;
- Ampliar parcerias para ações de assessoria jurídica, Assistência Social, Saúde Mental, entre outras, voltadas à população LGBTI+;
- Fortalecer os serviços públicos de atendimento a pessoas imigrantes, migrantes, refugiadas e apátridas;
- Estimular parcerias com entidades que prestam atendimento a pessoas imigrantes, migrantes, refugiadas e apátridas, e promover formação continuada a profissionais que atuam com esta população nos serviços públicos;
- Ampliar e qualificar o atendimento na Casa da Acolhida e do Regresso, considerando as especificidades de atendimentos individuais e grupos familiares;
- Fortalecer mecanismos de inclusão no mercado de trabalho da população imigrante;
- Formular, com a participação das pessoas idosas, um programa municipal que assegure seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;
- Ampliar os Centros de Convivência com acesso e atendimento para pessoas idosas com deficiência.

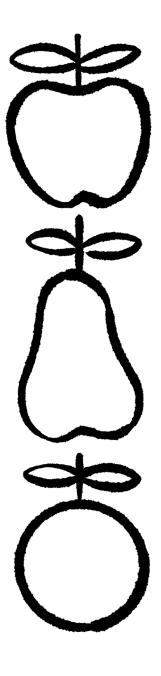
# 💈 5.6. Segurança Alimentar

A Segurança Alimentar diz respeito ao **acesso a alimentos pela população**, do ponto de vista <u>nutricional e da sustentabilidade</u> dos processos produtivos.

Em 2020, com a crise econômica associada à crise sanitária do COVID-19, observamos em Curitiba que estamos suscetíveis à fome, <u>especialmente em</u> territórios periféricos.

No campo da Segurança Alimentar, buscamos uma **cidade livre da fome** e com <u>acesso crescente a produtos saudáveis</u>, com fortalecimento do abastecimento a partir da produção sustentável.

- Fomentar as hortas urbanas, com mapeamento de áreas e capacitação de associações para cultivo e distribuição entre as comunidades;
- Dobrar o número de restaurantes populares em Curitiba;
- Implementar programa de fomento a cozinhas comunitárias em perspectiva interfederal cooperada, nos termos da Lei 14.628/2023, que institui o programa Cozinha Solidária, com fornecimento de infraestrutura e capacitação;
- Ampliar as feiras de hortifruti na cidade, com foco de expansão sobre a região sul de Curitiba;
- Criar um plano municipal de agroecologia e desenvolvimento de agricultura urbana, de forma participativa e solidária, em parceria com a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) e com os municípios da RMC;
- Fortalecer as feiras de bairros, gastronômicas e de alimentos orgânicos;



- Fiscalizar o uso de agrotóxicos no território do município e propor alternativas ecologicamente sustentáveis para o controle de ervas daninhas, pragas, insetos e roedores:
- Definir plano e metas graduais para alcançar o objetivo de Merenda Escolar 100% Orgânica;
- Compartilhar dados e informações associados à cadeia do alimento, permitindo maior acompanhamento, participação, colaboração e iniciativas inovadoras e empreendedoras na área da alimentação;
- Promover campanhas contra o desperdício e estudar parcerias com redes de supermercados para doação de alimentos excedentes em condições de consumo;
- Promover cursos de empreendedorismo, boas práticas de manipulação e sustentabilidade na área da gastronomia;
- Fortalecer as ações de educação alimentar e agricultura urbana em parceria com escolas públicas e privadas;
- Realizar concursos e festivais gastronômicos com apelo à saudabilidade, à sustentabilidade e à valorização cultural;
- Criar instrumentos de incentivo à utilização de terrenos particulares desocupados para a prática de hortas comunitárias na cidade;
- Promover festivais gastronômicos para o resgate de comidas de quintal e das tradições de comunidades e família, concursos e registros de memória.;
- Fortalecer as pequenas indústrias de comidas regionais, em integração com a vocação turística e ambiental da cidade;
- Apoiar a criação da categoria de Microempreendedor Individual (MEI) Agricultor Urbano.





